

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Neste Número :

- O Mundo e o Brasil — Uma Visão dos Conflitos e das Opções
- A Segurança Coletiva e o Sistema Interamericano
- O Grupo de Artilharia de Campanha Auto-Propulsado
- Subsídios para um Manual de Tiro ao Alvo — II Parte

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO 62	Rio de Janeiro, RJ — Mar/Abr de 1975	Número 660
-----------	--------------------------------------	---------------

ÍNDICE

EDITORIAL	3
NOSSOS AGRADECIMENTOS	4

CULTURA GERAL

O MUNDO E O BRASIL — UMA VISÃO DO CONFLITO E DAS OPÇÕES — Gen Div Carlos de Meira Mattos	5
A SEGURANÇA COLETIVA E O SISTEMA INTERAMERICANO — Cel Everaldo de Oliveira Reis	23
O ALUNO DE TIRO-DE-GUERRA NO CONTEXTO DA SEGURANÇA NA- CIONAL — Sub Ten Oly Flores Guimarães	53

CULTURA PROFISSIONAL

O GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AUTOPROPULSADO — Cel Péricles Vieira	59
ASPECTOS DO APOIO LOGÍSTICO NAS OPERAÇÕES AEROTERRESTRES DE CURTA DURAÇÃO — Ten Cel Wenceslau Malta	77
OS CUIDADOS NO USO DA CLORACETOFENONA — Cap Fernando Joaquim Lourenço	83
COMO COMPRAR UM REVÓLVER PARA TIRO AO ALVO — Maj Art Ronaldo Marcello A. Martins e Ricardo Fernandes de Freitas	87
SUBSÍDIOS PARA UM MANUAL DE TIRO AO ALVO — II Parte — Maj Art Ronaldo Marcello A. Martins	99

REVISTAS E JORNAIS

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	115
SÍNTESE DE ARTIGOS DE INTERESSE	116

É com justificado júbilo que "A Defesa Nacional" associa-se às comemorações relativas ao transcurso do 11.º aniversário da Revolução Democrática de 31 de Março.

Neste último decênio a Nação toda assistiu a um verdadeiro milagre de reconstrução, de saneamento, de ordem e de desenvolvimento.

E este milagre de realizações fecundas deveu-se, sem dúvida, ao impulso gerado pela coletividade brasileira apoiada numa só palavra capaz efetivamente de gerar milagres — a Fé.

Amparados na fé em nossa potencialidade; na fé em nossa formação cristã; na fé em nossas tradições — logramos superar as dificuldades encontradas ao longo do caminho e, surpreendentemente, ultrapassar os ambiciosos objetivos a que nos havíamos proposto nos diversos campos da atividade nacional.

É ainda com fé no presente e fé no futuro, com fé inabalável na capacidade do Homem Brasileiro, que haveremos, indiscutivelmente, de superar os problemas da hora presente e nos apresentarmos, em futuro próximo, como verdadeira potência no contexto internacional.

É portanto de fé, de fé inquebrantável no Brasil — a mensagem que "A Defesa Nacional" deseja, auspiciosamente, transmitir nesta sua edição de março/abril de 1975.

O Mundo e o Brasil

UMA VISÃO DO CONFLITO E DAS OPÇÕES — UMA GEOGRAFIA DE DESTINO

Gen. Div.
CARLOS DE MEIRA MATTOS

GLOBALIZAÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO

Talvez o aspecto mais importante do panorama do mundo contemporâneo seja a globalização do processo político que cada vez mais tende a apagar as tradicionais distinções entre política interna e internacional.

Segundo Brezinski, o mundo contemporâneo sofre uma mudança em muitos aspectos similar à provocada pelo aparecimento dos grandes centros populacionais. O crescimento desses centros enfraqueceu as linhas de autoridades íntimas e diretas e contribuiu para o surgimento de muitas fidelidades conflitantes e entrecruzadas. O impacto da moderna tecnologia sobre a economia, as comunicações e os armamentos modificou profundamente o padrão de convivência mundial ao exigir um redimensionamento de elementos básicos das nações:

Sistema produtivo
Mercado (população)
Território.

O novo padrão mínimo, imposto pelo avanço da tecnologia, inviabilizou muitos países como protagonistas centrais do processo político contemporâneo.

Na verdade, a substância de suas funções está sendo gradualmente assumida por outras unidades ou outras forças que o transcendem.

Com efeito, existem hoje certos países cuja problemática apresenta mais semelhança com a administração de uma cidade do que com a agenda de um Estado-Nação na sua concepção tradicional. A propósito, convém lembrar que até os métodos para enfrentar certos conflitos internacionais tornam-se cada dia mais próximos dos utilizados no trato de "conflitos" urbanos.

Apesar de, no plano formal, o processo contemporâneo continuar a funcionar de modo muito parecido com o do passado, a realidade desse processo já é bem outra. De fato, os novos padrões mínimos impostos pela tecnologia inviabilizaram muitas nações em benefício, não de organismos internacionais, com a criação de uma autoridade supranacional através da abdicação voluntária ou compulsória da soberania dos estados em causa, como queriam os utopistas, mas em configurações regionais, que passaram a gravitar em torno dos pólos de poder Estados Unidos/União Soviética e agora a China Comunista, que ainda não pode pretender um protagonismo a escala global, tratando-se por enquanto de um hemipolo-asiático.

Dentro deste quadro de atribuição de poder em escala mundial, o Brasil vem sendo apontado como o hemipolo de maior capacidade de aglutinação em todo o Hemisfério Sul, ultrapassando geograficamente possíveis rivais nesta metade do globo, ou seja: a Argentina, Austrália e África do Sul. Com efeito, o Brasil estaria atualmente tentando consolidar sua posição num patamar de poder regional, ao qual só poderiam aspirar, pelas suas dimensões continentais, três países: a China, a Índia e o Brasil.

É bem verdade que as perspectivas e as possibilidades que se nos apresentam como núcleo de poder regional aumentam enormemente nossas responsabilidades ao mesmo tempo tendem a exacerbar rivalidades e a antecipar antagonismos. Há,

contudo, ampla área de manobra que possibilita conciliar os interesses de afirmação do Brasil, nação que desconhece o ressentimento e a frustração na sua história, numa estrutura de cooperação e parceria com as demais nações. Para tanto, o espírito da Revolução de 64 de realizar um Brasil grande não se deixará consumir em crises rotineiras nem se permitirá exaurir em esquemas táticos, pois tem assentado o rumo certo da grandeza e da prosperidade nacional que os dias futuros não interromperão.

O conflito ideológico

A democracia é uma concepção de vida. É um estilo de pensar e de viver. É a consagração, em termos de sociedade existencial, dos princípios de respeito à dignidade humana herdados da filosofia grega e da igualdade entre os homens inspirados na filosofia cristã. A sociedade democrática, após a Revolução Francesa, incorporou o liberalismo como sua terceira componente. No mundo moderno a sociedade democrática tem por características formais a representatividade no poder e a livre iniciativa como sistema econômico. Representatividade e capitalismo que oferecem nuances várias, de Estado para Estado.

O comunismo oferece uma concepção de sociedade diferente. Seus valores essenciais são outros. Pretende alcançar o ideal de igualdade entre os homens através de uma sociedade sem classes, pretende anular as injustiças sociais através do sistema econômico socialista.

O sociólogo alemão Ralf Dahrendorf fazendo a crítica da concepção de sociedade comunista observa que a igualdade não pode ter um sentido integral já que o sistema socialista exige a estratificação em hierarquias e funções (desiguais). Resulta, pois, em uma igualdade menor do que a assegurada pela sociedade democrática que visa a dignidade da pessoa, o respeito ao homem com o essencial e não a sua

submissão aos interesses econômicos do Estado, fundamento do sistema socialista. No tocante à sociedade sem classes, Dahrendorf a considera utópica, e diz:

“toda sociedade são, autoconsciente e dinâmica, conhece e aceita os conflitos em sua estrutura; o perigo não existe para quem reconhece o conflito, mas para quem procura dissimulá-lo”.

Para o mesmo sociólogo alemão a grande dificuldade do mundo moderno é a conciliação da sociedade com a liberdade.

“A sociedade comporta sempre a idéia de estrutura, de normativa de conduta humana, de segurança, de previsão, de limite, de coação e de força. A idéia de liberdade, ao contrário, sugere a abertura ao indeterminado e informe”.

O império irrestrito da liberdade gera as sociedades explosivas, à qual antepõe a versão de ordem de Hobbes. A conciliação de sociedade e liberdade que preocupa Dahrendorf encontra esperança de solução na tese da coesão social de Parsons, através do acordo entre todos, através do consenso geral, uma nova forma do contrato social de Rousseau. É fácil de se constatar que, na prática, esta conciliação por consenso geral, em termos de harmonia estatal, é também utópica.

Heimann, sociólogo alemão, nos alerta para os excessos que podem gerar as sociedades democrática liberal e comunista. Esta leva à igualdade dos escravos e aquela à liberdade dos privilegiados. Estamos diante da necessidade de nova conciliação, que no tumultuado mundo de hoje, somente poderá ser encontrada com o reconhecimento de que a harmonia social, à preservação dos valores da igualdade e liberdade individuais, no contexto social, impõe uma autoridade que encarne os ideais do Estado-Nação e a conduza a sua execução.

A marca democrática de nossa Revolução, indiscutível, inquestionável, é a via de desenvolvimento que escolhemos. Optamos pelo desenvolvimento democrático que encontra suas raízes na filosofia cristã. Podemos conceituá-lo como o fez o Papa Paulo VI:

"O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico deve ser integral, quer dizer promover todos os homens e o homem todo. Não aceitamos o econômico que se separa do humano. O que conta para nós é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até chegar à humanidade inteira."

Essa visão global do fenômeno distingue a via democrática do desenvolvimento. É o desenvolvimento que deve atingir a todos os setores da vida humana. Libertando o homem da miséria, dando-lhe segurança, subsistência, saúde, emprego estável e participação nas responsabilidades. Este, o desenvolvimento que a Revolução de 31 de março persegue tenazmente para o Brasil.

O desenvolvimento democrático constitui a principal meta revolucionária, a raiz de todas as outras metas, inclusive de nossa opção política pela democracia.

Para não nos perdermos nem nos embarçarmos ao longo do processo político-revolucionário, teremos que ter a lucidez e a coragem de não aceitar esta polêmica que nos querem impor os inimigos da Revolução — entre democracia e desenvolvimento. Existe sim, no caminho que elegemos, o desenvolvimento democrático. Se não nos afastarmos do estilo democrático em nossa marcha para o progresso econômico, estaremos plantando, nas etapas sucessivas da caminhada, as bases cada vez mais sólidas da democracia brasileira.

Implantando o desenvolvimento pela via democrática estaremos consolidando a única democracia autêntica e legítima, porque assentada na prosperidade e no bem-estar da população. Não se conhece no mundo nenhuma verdadeira de-

mocracia que coexista com a pobreza, a fome e a ignorância. Sabem muito bem disto os anti-revolucionários e esquerdistas. Se apregoam o contrário é porque isto faz parte de sua dialética de luta, assustados que estão com o fato de estarmos erigindo no mundo mais uma nação democrática poderosa e forte, capaz de defender os seus ideais e o estilo de vida que deseja garantir para o seu povo.

A caminhada para o desenvolvimento num país de imensa extensão geográfica como o Brasil é árdua e difícil. Estamos com apenas onze anos de esforços programados e contínuos, impulsionados com autoridade honesta e firme. Alcançamos, concretamente, os dois objetivos básicos para "a decolagem ou início do período de aceleração do crescimento" (Introdução à Análise Econômica, Paul A. Samuelson) — acertamos o processo de acumulação de capital e implantamos uma infra-estrutura de estradas, energia e comunicações. Já podemos arrancar para a conquista dos benefícios sociais do desenvolvimento — elevação do nível de vida da população de maneira harmônica e equilibrada. Essa segunda etapa — de distribuição da riqueza visando o bem-estar geral — exigirá renovados e valerosos sacrifícios. Autoridade firme de timoneiro, compreensão, desprendimento e paciência de todos. Acreditamos que não nos faltarão essas qualidades e dentro de dez anos estaremos formando no rol das sociedades de consumo em massa, cujos modelos mais característicos no mundo moderno são os Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Japão.

Para que não se pense que a consolidação do desenvolvimento é fácil em país com as nossas dimensões territoriais e que está apenas saindo de um estado de subdesenvolvimento crônico, é elucidativo lembrar-se o exemplo da União Soviética e da China que escolheram o caminho socialista que, no dizer do Filósofo Charles MacFadden, "envolve tal subordinação do indivíduo à autoridade diretiva e coercitiva do Estado que nunca antes se viu na história".

Na União Soviética o processo começou em 1917, são portanto quase 58 anos de empenho desenvolvimentista atra-

vés dos quais criaram uma nação militarmente poderosa, mas mantêm o povo ainda carente de habitação, de bens de consumo e de objetos essenciais de conforto. Não conseguiram, até hoje, anular os tremendos desequilíbrios regionais entre Rússias Européia e Asiática. Quanto à China de Mao Tse Tung, com 26 anos de Revolução, não logrou retirar a maioria de seu povo do estado de subdesenvolvimento. E o que dizer, então, da pequenina Cuba, pouco maior que nosso Estado de Santa Catarina, onde a tentativa de um desenvolvimento pela via socialista, iniciado há 16 anos, apoiado maciçamente pelo capital soviético que vem entregando a Fidel Castro uma ajuda calculada em um milhão de dólares diários ou sejam 360 milhões por ano, só fez, ao lado do "paredón", aumentar as filas e a fome do povo.

Podemos estar orgulhosos dos resultados alcançados pela nossa Revolução nestes onze anos de afã desenvolvimentista. A admirável continuidade da ação revolucionária através de quatro governos sucessivos — Castello Branco, Costa e Silva, Médici e Ernesto Geisel — deram-nos como fruto esta base de partida para a fase predominantemente social do desenvolvimento. Já se disse que o 1.º governo revolucionário marcou a sua passagem por sua obra de "reconstrução econômica". O 2.º pela "aceleração da expansão econômica". O 3.º caracterizou-se pela "elevação do Brasil à categoria dos países de alto nível de desempenho em todos os setores" e o 4.º deverá consagrar a Revolução, também, no setor do desenvolvimento social — previdência, educação, habitação — de efeito direto sobre a política de bem-estar.

Uma visão geopolítica de destino do Estado

A terra (meio físico) sempre teve uma influência muito grande no destino do homem, assim como o país no dos povos e, juridicamente falando, o território no destino dos Estados.

Essa influência se traduz através de vários fatores, entre os quais se destacam, como principais, a forma, a extensão, a posição, a altitude, o clima e a cobertura vegetal. Esses fatores geográficos "condicionam, estimulam e dinamizam a vida dos povos" (Malagrida).

No palco da eterna luta entre o homem e o meio ambiente entrechocam-se as qualidades do homem e as condicionantes da terra. O estudo do homem situa-se no campo da psicologia individual e coletiva (raças). Mas, na psicologia do homem influi, também, o meio físico, assunto sobejamente estudado pelos tratadistas da geografia humana, entre os quais se destacam Gobineau, Lapouge, Huntington, Buckle. Essa influência das condições geográficas sobre a "psyche" humana já ultrapassou as paragens científicas e difundiu-se em versões populares: diz-se que o homem da montanha é triste, fechado, desconfiado, enquanto o homem da costa, que vive à beira do mar, é alegre, aberto e otimista; que a "psyche" do homem planície é ampla (gaúcho), como os espaços que domina e a do montanhês é defensiva porque tem seu horizonte fechado pelas serras que compartimentam o seu "habitat".

Os oceanos e mares desempenham um papel importante na façanha do homem no planeta. Essa relevância das águas salgadas no contexto global não deve ser minimizada, uma vez que aproximadamente 70% da superfície do planeta são cobertos por oceanos e apenas 30% por extensões continentais, além do fato da ciência e tecnologia, cada vez mais, nos dias de hoje, capacitarem-se para extrair recursos de toda a ordem do mar e do fundo do mar.

O tema da enorme superação das extensões marítimas sobre as continentais vem sendo cogitado por sociólogos, geógrafos e geopolíticos desde há muitos anos, gerando doutrinas de poder diversas. O norte-americano Mahan, "The Influence of Sea Power upon History (1890)", pode ser considerado o precursor de uma doutrina de Poder Marítimo, ensinando aos ingleses a teoria daquilo que eles vinham fazen-

do há muitos anos. Mackinder, inglês, filho de uma nação marítima por excelência, foi o autor de uma das mais importantes obras sobre o Poder Continental ou Poder Terrestre "The Heartland", o coração do mundo, localizando o centro do poder mundial numa área continental situada no centro da massa euro-asiática.

O desenvolvimento e os progressos da aeronáutica já deram nascimento a uma doutrina de Poder Aéreo cuja idéia pioneira se encontra nos livros de Douhet, Mitchell e Seversky, e já se esboça a tentativa de abrir um novo campo na Geopolítica, — o da Aeropolítica.

Toynbee, ilustrando os estudos sobre a interação entre o homem e o ambiente, conclui "que a facilidade é inimiga da civilização" e, ainda, "que o estímulo humano aumenta de força na razão direta da dificuldade". O sociólogo e historiador inglês divide os estímulos em duas classes: *estímulos do ambiente físico* e do *ambiente humano*. Entre os estímulos do meio físico destaca:

- das regiões ásperas,
- de novo solo,

Entre os estímulos do ambiente humano realça:

- dos reveses,
- das pressões,
- das inferiorizações.

Justifica Arnold Toynbee sua teoria citando exemplos vários do comportamento de povos diante desses estímulos, desde a Antiguidade. Heródoto, por volta do ano 424 AC, já havia se expressado sobre as influências da terra sobre o ânimo das populações, sentenciando, "terras férteis homens indolentes, terras ásperas homens duros".

O Gen Golbery (Geopolítica do Brasil) dedica parte importante de sua obra ao estudo do fenômeno histórico da

lealdade do homem às causas que o atraí e muitas vezes o apaixona. Analisa o autor as lealdades ao burgo, ao senhor feudal, ao rei, ao líder religioso, ao seu povo, às idéias (ideologias), para terminar afirmando: "hoje subsiste a nação como polarizadora suprema dessa lealdade, sem a qual o homem nem mesmo seria homem, incapaz de transcender-se abnegadamente, nos sacrifícios mais heróicos, reduzindo a um egotismo esterilizador e anti-social; Vivemos, ainda, para o bem maior ou a maldição irresgatável da humanidade — em que pese as esperanças redentoras — a era do nacionalismo, isto é, da lealdade máxima do cidadão consagrada à nação —".

Todas as teorias e doutrinas da Geopolítica — conselheira de soluções ou meta política, conforme a posição possibilista ou determinista de seus autores, — resultam, a nosso ver, numa só — *a do desafio e da resposta de Arnold Toynbee*. A geografia condiciona, dificulta, sugere, inspira, estimula, enfim *apresenta o seu desafio*. Caberá ao homem *responder a esses desafios*. Ou responde e os supera, ou não responde e é derrotado.

Assim a Geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática. "A Geopolítica é a consciência geográfica do Estado".

Entretanto, o mais sintético e abrangente conceito de Geopolítica é de Ratzel "espaço é poder".

Este simples conceito, composto de três palavras, sintetiza todo espírito e dinâmica de ação da Geopolítica.

A este acrescentariamos outro, não menos importante, de que "geografia é destino".

CONCEITO DE POTÊNCIA MUNDIAL

O conceito de potência tem evoluído constantemente no decorrer deste século.

Antes que os extraordinários progressos técnico-científicos tivessem proporcionado ao homem os meios eletrônicos

de comunicação, as velocidades supersônicas e os engenhos nucleares, o notável Professor sueco Rudolf Kjéllen, considerado o pai da Geopolítica, estabelecia como características de uma grande potência três atributos:

— espaço, liberdade e movimento, e coesão interna.

Já em nossos dias, o mais reputado historiador contemporâneo, Arnold Toynbee, assim conceitua o que seja uma grande potência:

“Uma força política que exerce seu poder coordenador num campo de ação maior do que o da sociedade que lhe serve de base”.

Tibor Mende, escritor francês, comentarista de vários jornais e revistas europeus, no seu livro “Entre la peur et l'espoir” (Paris, 1958), analisando a conceituação de Toynbee, dá-lhe maior extensão interpretativa, tornando-a mais clara e completa. Eis a interpretação de Tibor Mende à lacônica conceituação do historiador inglês:

- hoje em dia, grande potência é somente aquela cuja força coordenadora se exerce em dimensões mundiais;
- sua soberania deve estender-se sobre um vastíssimo território;
- deve dispor de imensas reservas de matérias-primas e de mão-de-obra especializada;
- sua capacidade de produção deve permitir-lhe a fabricação, em grande quantidade, de armas modernas de alto custo, e de ceder, gratuitamente, enormes porções de produtos manufaturados, pois este é o método contemporâneo de fazer aliados;
- as grandes potências da atualidade devem ser unidades multinacionais e multi-raciais, pela simples

razão de que algumas das condições precedentes não podem ser satisfeitas por um único povo que não disponha senão de seu próprio território.

Para Spykman, Professor da Universidade de Yale, os fatores do poder político são:

- superfície do território, natureza das fronteiras, quantidade de população, ausência ou presença de matérias-primas, desenvolvimento econômico e tecnológico, capacidade financeira, homogeneidade étnica, grau de integração social, estabilidade política e coesão nacional.

O Professor Morgenthau, um dos mais citados especialistas de ciência política dos Estados Unidos, encontra sete fatores característicos de poder político:

- geografia, recursos naturais, capacidade industrial, grau de eficiência militar, população, caráter nacional, moral nacional, aptidão diplomática.

O Professor Steven Spiegel (*Dominance and Diversity* — 1973) classifica os atuais estados do globo em sete categorias de poder, encimadas pelas duas superpotências de 1.ª classe, Estados Unidos e União Soviética. A superpotência de Spiegel é o Estado capaz de exercer um poder de âmbito mundial ou seja ter influência decisiva, na defesa de seus interesses, sobre acontecimentos que se derem em qualquer parte do planeta. O grau de limitação desse poder, em termos de área geográfica, é que coloca os demais países nas categorias sucessivas. Para Spiegel, no degrau abaixo dos Estados Unidos e União Soviética estão as chamadas superpotências de 2.ª classe — China, Japão e alguns países da Europa Ocidental. No terceiro patamar, como potências médias, acham-se o Brasil, Índia, México e Argentina.

O Brasil e Índia, na opinião de Spiegel, são as duas potências médias que possuem melhores condições de aspirar uma passagem para o segundo grupo, das superpotências

de 2.^a classe. A análise comparativa das condições do Brasil e da Índia para ascenderem ao nível superior é desenvolvida com grande objetividade pelo Professor Ronald Schneider, da Universidade de Colúmbia, Nova York. Em outra oportunidade, voltaremos à análise do Professor Schneider.

Alinhamos conceitos vários de potência ou superpotência cuja idade cronológica vem desde o começo do século com Ratzel e Kjellen, passando pelo meio do século com Toynbee e Tibor Mende e atingindo a atualidade com Raymond Aron, Spykman, Morgenthau, Spiegel e Schneider. Há que se notar em todas uma constante — dimensão geográfica, população, posse de recursos naturais, capacidade tecnológica e científica e coesão interna.

Kjellen, há três quartos de século, na sua admirável síntese sobre as características de potência, já havia abrangido todos os atributos já citados, que estão explícitos ou implícitos na sua caracterização — “espaço, liberdade de movimento e coesão interna”.

O espaço é a dimensão geográfica (hoje também o espaço sideral). A liberdade de movimento é atributo inerente à disponibilidade de população, recursos naturais, capacidade industrial, tecnológica e científica. A coesão interna é inseparável das qualidades psicológicas do povo (caráter nacional, moral nacional, liderança).

Alguns autores vem tentando dimensionar os valores mínimos — de extensão geográfica, de população e de capacidade de desempenho econômico, industrial, tecnológico e científico — que constituiriam alicerce de uma potência política. Considera Spiegel que a base geográfica deve possuir dimensão continental; Organsky prevê que 200 milhões de habitantes será, no futuro, a população mínima para as nações aspirantes à grande potência; Karl Deustsch encontrou uma fórmula para avaliar o “desempenho de potência”, baseada na relação produção/população, sobre a qual tem influência decisiva, sem dúvida, o produto interno bruto (PIB).

Na relação desempenho igual a produção/população, em se tratando do enfoque de potência, impõe-se o gigantismo e a qualidade de ambos os termos.

Sobre o enfoque população e sua relação com o poder político e militar, Kenneth Organsky assim se manifesta no seu admirável livro "Population and World Power":

"O poder de uma nação moderna apóia-se consideravelmente no tamanho de sua população. Com números expressivos, uma nação pode sobrepujar suas deficiências; sem eles, grande poder é impossível. Hoje, a importância crucial do volume de população é ofuscada pelas imensas diferenças em desenvolvimento econômico, que torna possível a nações de tamanho médio dominar o mundo. No futuro, a propagação da indústria por todos os países revelará a verdadeira importância da população.

As razões para esta importância são relativamente óbvias: são os homens que trabalham e são os homens que lutam, mesmo nesta idade de máquinas. Uma grande população assegura o poder humano para forças armadas poderosas, assegura o trabalho para produzir grande riqueza nacional, assegura os consumidores que fazem o papel de mercado para outras nações, assegura os contribuintes de impostos que subscreverão os enormes custos do jogo da política mundial no presente estágio e assegura a ousadia para correr os riscos necessários de tal jogo. É difícil fugir à conclusão de que grandes populações fazem grandes nações.

A população também soma para o poder de uma nação — ou subtrai — através de seus efeitos sobre a economia. Uma grande população é no conjunto um haver para uma nação de economia próspera e bem desenvolvida e pode ser útil mesmo para uma muito atrasada, se sua formidável força de trabalho puder ser equipada para içar o país da pobreza."

A apreciação dos atributos essenciais de potência, selecionados por tantos estudiosos da ciência política e da geopolítica revelam a nós, brasileiros, que possuímos todas as condições para aspirarmos um lugar entre as grandes potências do mundo. Em termos de geografia temos um território de dimensões continentais, com imenso litoral debruçado sobre o Atlântico Sul e uma maior fronteira terrestre, 15.400 km confinando com dez países sul-americanos. Nosso litoral "vis à vis" com a África Ocidental é a maior extensão costeira nacional (7.400 km) na ecumene do Atlântico Sul. Ao nosso território, o quarto em extensão geográfica compacta do globo, não faltam recursos naturais — solo fértil, potência hidroelétrica e riquezas minerais. Estamos, ainda, longe de uma exploração intensiva de nossos recursos, muitos ainda desconhecidos. Nossa liberdade de movimento está se comprovando, dia a dia, pelo domínio da tecnologia e da ciência, aplicadas à estratégia do desenvolvimento nacional. Coesão interna, para enfrentarmos a nossa "batalha do século" — alçar o país ao nível das nações desenvolvidas — também não nos tem escasseado, particularmente nestes últimos onze anos de Revolução.

A coesão nacional é um fator inseparável da liderança. Sem essa liderança, as maiorias e minorias nacionais se perderão nos desvãos sectários da polêmica estéril e a nação se desencontrará de seu destino. Sem liderança não haverá objetivo, não haverá convergência, não poderá haver força, potência.

O Presidente Geisel, em sua Mensagem de 30 de dezembro último, explicitou que "o Brasil, hoje ainda em busca de seus altos destinos, será proximamente um país diferente, decolando, em segurança, para o plano das nações mais desenvolvidas". É a reafirmação do compromisso revolucionário de, até o ano 2000, alcançar a meta de grande potência. Cumprir-se-á, assim, a missão dos idealizadores do Movimento de 31 de Março. Para chegarmos a esse *desideratum*, a estratégia há de ser da produção acelerada de bens e serviços e a conquista tenaz da tecnologia moderna, a fim de assegurar,

em ritmo rápido, o progresso social, corrigir as desigualdades de renda, absorver os contingentes anuais de mão-de-obra e alcançar a tranqüilidade e a paz social.

A conquista e manutenção das condições de expansão econômico-social acelerada, acima preconizadas, preservando e difundindo o estilo de vida democrática de nosso povo, tem um preço — a segurança interna e externa. Nenhuma nação do mundo, neste século, “deu o seu salto” em período menor de 25 a 30 anos (uma geração). Nem a União Soviética, que para isto exigiu o sacrifício cruel de milhões de “expurgados” (1918 a 1949), nem a China que iniciou o seu processo em 1949 sem menores violências de que a sua vizinha do ocidente e, ainda, não alcançou as características de grande potência mundial. A Revolução Brasileira escolheu a trilha da democracia com autoridade e chegará lá.

ALGUNS DADOS POPULACIONAIS

China	800.900.000.000
Índia	588.560.000
Rússia	252.530.000
Estados Unidos	213.460.000
Indonésia	126.780.000
Japão	109.330.000
Brasil	104.670.000
Bangladesh	65.520.000
Paquistão	58.760.000
Alemanha Ocidental	62.100.000
Reino Unido	56.230.000
Itália	55.110.000
França	52.000.000

BIBLIOGRAFIA

- 1 — "A Geopolítica Geral e do Brasil", Everardo Backheuser, Biblioteca do Exército, 1952.
- 2 — "Geopolítica do Brasil", General Golbery do Couto e Silva, Editora José Olymp'o, 1967.
- 3 — "Tratado Geral de Geopolítica", Vicens Vives, Universidade de Barcelona, 1950.
- 4 — "El Factor Geográfico en la Política Sul Americana", Carlos Badia Malagrida, Madri.
- 5 — "The Earth and The State", Derwnte Whittlesey, Trad. Fondo de Cultura Economica, México.
- 6 — "Geopolítica do Brasil", Brig Lysias Rodrigues, Biblioteca Militar, 1947.
- 7 — "Geografia Universal", Vidal de la Blanche e Galois, Trad. Barcelona, 1947.
- 8 — "Projeção Continental do Brasil", Mário Travassos, Edição Brasillana, 1938.
- 9 — "Geografia Política", Arthur Dix, Editora Labor, Barcelona.
- 10 — "Geopolítica", Robert Strausz — Hupé, Editorial Hermes, México.
- 11 — "Democratic Ideals and Reality", Sir Halford J. Mackinder, NY, 1942.
- 12 — "America's Strategy and World Politics", Nicholas Spykman, NY, 1942.
- 13 — "The Influence of Sea Power Upon History", Maham, Little Brow and Co. USA.
- 14 — "Geopolítica, Generales y Geografos", Hans W. Welgert, The Macmillan Co. USA.
- 15 — "Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras", Mário Travassos, Editora José Olimpio, 1942.
- 16 — "Projeção Mundial do Brasil", Carlos de Meira Mattos, Gráfica Leal Limitada, São Paulo, 1960.
- 17 — "La Defensa del Occidente", Liddel Hart, Biblioteca del Oficial, Buenos Aires.
- 18 — "The Cold War: A Study in US Foreign Policy", Harpers and Brothers, NY, 1947.

- 19 — "Teoria Geral do Estado", Rudolph Kjellen, Universidade de Upsala, Suécia.
- 20 — "Der Staat Als Lebens Form", Rudolph Kjellen, Universidade de Upsala, Suécia.
- 21 — "Geografia Política", Friedrich Ratzel, Munich.
- 22 — "Study of History", Arnold Toynbee, Londres.
- 23 — "Frontiers", Charles Fawcett, Londres, 1911.
- 24 — "Political Frontiers and Boundary Making", Thomas H. Holdich, Londres, 1916.
- 25 — "Frontier", Lord Curzon, Oxford, 1907.
- 26 — "The Significance of the American Frontier in American History", Frederick Turner, USA.
- 27 — "Geopolitik", Karl Haushofer, Munich.
- 28 — "Introducción a los Estudios Políticos — Teoría Política" — Mario Justo Lopez, Buenos Aires, 1969.
- 29 — "Population and World Power", Katherine and Kenneth Organsky, New York, 1961.
- 30 — "Peace and War", Raymond Aron, 1966.
- 31 — "Politics and Geographic Relationships", W. A. Douglas Jackson, 1964.

A Diretoria da "A DEFESA NACIONAL" lança um apelo a seus leitores no sentido de colaborar com a Revista, enviando-nos artigos de cunho doutrinário, que digam respeito à missão do Exército como defensor das instituições nacionais, da lei e da ordem.

A Segurança Coletiva e o Sistema Interamericano

Cel Art QEMA
EVERALDO DE OLIVEIRA REIS

1 — CONCEITOS ESSENCIAIS AO ENTENDIMENTO COMUM

Para que possamos caminhar juntos, teremos que estabelecer, desde logo, um entendimento comum sobre determinados conceitos.

a) A Nação

Começemos pela compreensão de Sociedade. O homem é um ser essencialmente gregário. Se compulsarmos a história da humanidade, veremos que ele sempre se associou, por necessidade ou por prazer, mas sempre se associou. A família patriarcal, sem perigo de erro, pode ser considerada a primeira das Sociedades. Pelo menos, é a que primeiro aparece na Bíblia. Desta família patriarcal primitiva, os grupos sociais foram evoluindo, mas mantendo sempre, como característica fundamental, a necessidade de conviver. O grupo social caracteriza-se, assim, pela existência de laços comuns, quase sempre interesses comuns, que se criam e que evoluem sob pressão de um determinado processo histórico-cultural.

Assim, aceitemos como válida a conceituação: "Sociedade é todo grupo humano que convive sob certa estrutura de fenômenos locais, ligado por interesses comuns, sob o influxo de determinado processo histórico-cultural." (1)

A evolução desta Sociedade termina por levá-la a um estágio mais desenvolvido, no quadro do qual os interesses comuns se aperfeiçoam, os fenômenos sociais melhor se definem, ao longo desse processo histórico-cultural, agora bem dilatado no tempo. É a língua, é a raça, é o território, é tudo isto, e às vezes, até mesmo, nada disto, e sim, são os valores anímicos do grupo, que se impõem e soldam densamente os laços da coesão. É o tûmulo dos antepassados ou o desejo comum de um futuro feliz. É a solidariedade em torno do que já se conquistou e urge manter, ou daquilo que se almeja, como capaz de proporcionar uma vida mais feliz para o grupo social.

Assim, podemos aceitar como válida a concepção de Nação, que nos diz: "Nação é a sociedade já sedimentada pelo longo cultivo de tradições, costumes, língua, idéias, vocações, e unida pela solidariedade criada pelas lutas e vicissitudes comuns, que se traduz na vontade de continuar vivendo em conjunto e projetar-se no futuro, preservando os valores alcançados e buscando a realização de objetivos colimados." (2)

Este grupo social — a Nação — está soldado por interesses e aspirações, que adquiriram um caráter de consenso e se projetaram na consciência do grupo, como algo que é indispensável manter ou mesmo conquistar, para que o grupo sobreviva.

É a isto que entendemos como Objetivos Nacionais: "Objetivos Nacionais são a cristalização dos interesses e aspirações nacionais, em determinado estágio da evolução da comunidade, cuja conquista e preservação toda a Nação procura realizar, através dos meios a seu alcance." (3)

O grupo nacional crescendo, e em consequência se tornando um conjunto muito mais complexo, termina obrigatoriamente por se organizar através de normas disciplinadoras de vida coletiva, normas que regulam, em particular, as relações entre indivíduos ou do indivíduo com o grupo e dos

grupos entre si. Normaliza-se a convivência no grupo e dos grupos. Assim surge o Estado. A Nação transcende ao Estado e deve anteceder-lo. Ela é a amálgama dos elementos étnicos, históricos, culturais. Mas o Estado é a estrutura que encerra, normaliza e protege esses elementos.

Nada melhor encontramos, até hoje, para conceituar o Estado, do que o pensamento clássico de Hauriau: "Estado é a Nação juridicamente organizada."

Talvez possamos tentar ampliá-la, dizendo que:

"Estado é a entidade de natureza política, instituída em uma Nação, sobre a qual exerce controle jurisdicional e de cujos recursos dispõe, para promover a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais." (4)

b) O Poder Nacional

Admitido está, pois, que ao Estado cabe a obrigação precípua de proporcionar felicidade, que o Santo Padre Paulo VI chamou de Bem-comum, à nação que jurisdiciona. Ou dito de outra maneira, que lhe cabe a responsabilidade de conquistar e manter os Objetivos Nacionais, que cristalizam os interesses e as aspirações, num determinado momento do grupo nacional.

E qual o instrumento a utilizar pelo Estado? Então chegamos a outro conceito, indispensável ao nosso prosseguimento, qual seja o de Poder Nacional.

Se visualizamos, em seu conjunto, todos os meios disponíveis num dado momento ao grupo nacional, temos então o Poder Nacional. É, pois, este, a integração, mais do que a soma, de fatores de toda ordem. Vez por outra, poderá estar caracterizado por um fator que momentaneamente sobressaia, o que jamais significará admiti-lo fracionário. Pelo contrário. Será sempre uno. Sempre indivisível. "Poder

nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe efetivamente a Nação, numa época considerada, para promover, sob a direção do Estado, no âmbito interno e externo, a consecução dos Objetivos Nacionais." (5)

c) A Segurança e a Defesa

Cabe, portanto, ao Estado, como titular do Poder Nacional, prover Segurança à Nação, ou seja, proporcionar-lhe o grau de garantia indispensável, que possibilite a aplicação desse mesmo Poder, para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais.

Assim, pois, nem sempre será pacífica esta aplicação do Poder. A ela se contrapõem obstáculos de várias naturezas: internos uns, externos outros; aqui deliberados, internacionais acolá; por vezes, apenas óbices naturais, o que não significa que em outras, não terão como respaldo a vontade e mesmo a força necessária para enfrentar o Poder Nacional. Hoje contrapondo-se, sem contudo constituir-se em ameaça concreta; amanhã, quem sabe, de tal forma que se convertem em reais ameaças à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais.

Como auscultar e identificar estas ameaças? Quem agride o Estado, detentor do Poder Nacional?

O conceito de agressão apresenta, hoje, nuances especiais: "A agressão, no mundo de hoje, não é unicamente aquela feita ao território de uma nação, e sim qualquer ação, em outra parte da terra, que possa ameaçar, não só a segurança e existências territoriais, como a integridade de sua forma de ser e viver." (6)

Ampliaram-se, assim, de maneira extraordinária, os perigos, os obstáculos que se contrapõem ao Poder Nacional, na sua atuação em busca da conquista e da manutenção dos Objetivos Nacionais.

É lição inesquecível, a do Presidente Castello Branco: "A noção de Segurança Nacional é mais abrangente. Compreende, por assim dizer, a defesa global das instituições, incorporando, por isso, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna." (7)

Assim, pois, o sentido da Segurança Nacional extravasa cada vez mais da Expressão Militar do Poder Nacional. Não a reduz, evidentemente, mas ultrapassa a sua esfera. Será portanto função de um Poder Nacional fortalecido harmonicamente em suas quatro Expressões. Não se exercerá, apenas, quando se caracterizar uma certa e determinada ameaça. Pelo contrário, terá de ser um estado permanente, uma espécie de aura protetora, dentro da qual o Estado trabalhe. Não se trata de fazer da Segurança um fim em si, mas de reconhecer que o Estado, cada vez mais, neste mundo cada vez mais complexo e conturbado, está encontrando obstáculos à sua ação em proveito da nação, e que precisa, portanto, garantir a si mesmo um grau mínimo de condições para poder atuar.

É indispensável reconhecer que, num dado momento, queiramos ou não, os obstáculos que se contrapõem ao Poder Nacional se ampliam de tal forma, que impedem a este Poder realizar sua tarefa precípua, qual seja, conquistar ou manter os Objetivos Nacionais. Não se tratará mais de um problema circunstancial, mas sim de uma ameaça definida. Caberá, portanto, agora, ao Estado, não mais a atitude de cobertura pacífica de seus interesses. Chegou-se ao momento de fazer frente a uma ameaça definida. Impõe-se uma atitude direcionada. A esta atitude, chamamos então de Defesa Nacional.

d) A Segurança e a Defesa Coletiva

Neste mesmo mundo, que estamos tentando retratar, embora possamos fugir ao conceito maniqueísta da bipolaridade, o que ainda não é muito fácil, temos que reconhecer

que se torna cada vez mais difícil um Estado, sozinho, enfrentar os interesses dos chamados "centros de poder". E isto é verdadeiro em todos os campos e não apenas na esfera restrita do campo militar. Creio mesmo que, para nós do Sistema Interamericano, quase todos ainda em busca de uma vida melhor, esta cooperação em todos os campos é impositiva.

A independência nacional, que evidentemente não desapareceu, é hoje um "valor terminal". Cada vez mais, os Estados podem e devem interdependeer, quando estão em busca do "bom combate", qual seja o de assegurar o "bem comum" aos seus filhos.

Não se trata de aceitar a cínica teoria da "soberania limitada" de Leonid Brejnev, de tão triste memória para a Tcheco-Eslováquia, segundo a qual cabe ao "centro do poder" dizer, aos seus aliados, o que devem e podem almejar. Trata-se, sim, de compreender que neste mundo cada vez mais complexo, em que todos os dias novos Estados vão surgindo, é lícito admitir-se que um determinado grupo se una, buscando no apoio mútuo a eliminação de controvérsias e a materialização de medidas, em comum, que favoreçam a Segurança Coletiva, graças, inclusive, à solução de problemas comuns, ou complementares, peculiares à vida nacional de cada um.

Em última instância, pois, a Segurança Coletiva se fará sem prejuízo da Segurança Nacional, através do fortalecimento do Poder Nacional dos Estados que se associam, em recíproco apoio, para que cada um, mais rápida e facilmente, conquiste os Objetivos Nacionais próprios.

Assim, no quadro de uma Segurança Coletiva com tais características, será possível admitir que Estados estabeleçam "a priori", ou em situação de crise, um Sistema de Defesa Coletiva, no qual seja permissível a cada um, em benefício de um maior fortalecimento nacional, fazer concessões recíprocas, no quadro de uma Defesa Comum, previsível ou impositiva.

2 — FUNDAMENTOS DA SEGURANÇA COLETIVA DO SISTEMA INTERAMERICANO

α) O Tratado de Madri, a Carta de Jamaica e a Doutrina Monroe

Talvez se possa atribuir à sensibilidade de D. João V de Portugal, ou a seu Ministro Alexandre de Gusmão, o primeiro sonho de Segurança Coletiva para o Continente, entendendo-se como tal o clima pacífico, capaz de permitir à América do Sul, nas melhores condições possíveis, trabalhar e prosperar.

Não era outro o sentido do Tratado de Madri, negociado em 1750, entre as coroas de Portugal e Espanha: impedir que as controvérsias frequentes entre os reinos da Península Ibérica se estendessem às colônias americanas, impedindo assim que a paz do novo mundo fosse periodicamente ameaçada.

Se no Tratado de Madri encontramos o gérmen da união do hemisfério, indubitavelmente ao gênio de Simon Bolívar se deve as primeiras tentativas para a formação do Sistema. A histórica "Carta de Jamaica", escrita em 1815, e a conseqüente convocação do Congresso do Panamá, em 1824, são evidentemente a primeira tentativa de sua institucionalização. Pouco importa que poucos tenham reconhecido, então, a grandeza da idéia. As sementes estavam lançadas.

Da mesma forma, não há como ocultar que a Doutrina Monroe, cujo princípio básico era "A América para os Americanos", traduzindo o apoio do irmão mais poderoso aos que se iam emancipando, consolidava a idéia pan-americanista. Também pouco importa que algumas vezes ela tivesse sido posta a serviço de causas pouco defensáveis. Há que se compreender que os melhores conceitos jurídicos, quando aplicados à realidade social, podem sofrer uma como refração.

b) A Junta Interamericana de Defesa

Para não nos estendermos demasiado, no estudo da evolução do que chamamos hoje Sistema Interamericano, vamos nos deter apenas naqueles eventos que, por suas características, se constituíram em verdadeiros marcos desta evolução.

A criação da Junta Interamericana é evidentemente um destes marcos. Estabelecida em 30 de março de 1942, no auge da 2.^a Guerra Mundial, tinha já a finalidade de estudar e recomendar as medidas necessárias para a defesa do hemisfério ocidental.

A Junta nascia de um processo político-militar gerado e aperfeiçoado pela 2.^a Guerra Mundial (1939-1945). Deflagrada a guerra em 1939, já em junho de 1940 convocava-se uma Reunião de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que foi intitulada: "Segunda Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanas."

A ela se deve a declaração, que veio a se constituir até a presente data no embasamento da Defesa Coletiva do Sistema: "... um ataque por um estado não americano contra qualquer estado americano será considerado como um ataque contra todas as nações signatárias."

A 3.^a Reunião de Consulta, reunida no Rio de Janeiro, em 1942, como resposta ao ataque de Pearl Harbour, recomendava: "... a reunião imediata em Washington de uma comissão de técnicos militares e navais, nomeados pelos governos, para estudar e sugerir aos mesmos as medidas necessárias à defesa do Continente."

Em março de 1942, reunia-se, pela primeira vez, a Junta Interamericana de Defesa.

Terminada a Guerra, a Junta continuou o seu trabalho, agora melhor orientada, já que em 1947, na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança Continentais, negociava-se o "Tratado Interamericano de

Assistência Recíproca", que traçava as normas para prevenir e reprimir as ameaças e os atos de agressão contra qualquer dos países da América.

A seguir, em 1948, em Bogotá, dava-se forma a uma organização nova e mais completa que as anteriores: criava-se a Organização dos Estados Americanos, que era regida por um novo diploma: "A Carta da Organização dos Estados Americanos".

Por sua vez, a JID saíria da Conferência de Bogotá com a sua missão institucionalizada pela Resolução XXXIV: "... continuará agindo como órgão de preparação para a legítima defesa coletiva contra a agressão, até que os Governos Americanos, por maioria de dois terços, resolvam encerrar seus trabalhos."

Em 1949, a Junta se reorganizou, criando o seu órgão de planejamento militar, até hoje em funcionamento: o Estado-Maior da Junta Interamericana de Defesa.

No início da década de 1950, o mundo chegara a um grau de tensão, diante da crescente agressão comunista. E o Sistema, como todo o mundo, sofreu as conseqüências desta agressão. A Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, reunida em Washington, preocupada com a defesa do continente, estabeleceu:

"Recomendar à Junta Interamericana de Defesa que prepare com a maior rapidez possível e mantenha em dia, em estreita ligação com os governos através de suas respectivas delegações, o planejamento militar da defesa comum."

Dentro deste quadro, vem a JID trabalhando.

c) O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)

A negociação e conseqüente assinatura do TIAR, já anteriormente referida, fruto da Conferência para a Manutenção da Paz e da Segurança Continentais, é outro marco relevante da Segurança Coletiva do Sistema.

O TIAR institucionalizaria todas aquelas medidas que tinham sido postas em prática durante a 2.^a Guerra Mundial, e as tornava agora coerentes com a então recentemente assinada Carta das Nações Unidas.

Dessa data até hoje, vem sendo ele o elemento básico para a formulação da Política Militar do Sistema, vale dizer, do estabelecimento do Sistema de Segurança Coletiva, o que vem fazendo com apreciável êxito.

Alicerça-se em três princípios gerais:

- condenação do uso da força e conseqüente compromisso de submeter a solução pacífica as controvérsias entre os Estados Americanos;
- solidariedade continental, em caso de ataque armado, contra qualquer nação americana;
- reconhecimento do direito de legítima defesa individual e coletiva dos Estados.

Todavia, malgrado o alto grau de utilidade que o TIAR demonstrou ao longo de todo este tempo, algumas questões permanecem pendentes, e outras, embora já solucionadas, não mais correspondem aos fatos, como eles se apresentam agora. Dentre essas questões, podemos alinhar:

- necessidade de melhor e maior responsabilidade dos Estado Membros na Defesa Comum, que é admitida somente como um ato de vontade individual de cada membro;
- maior precisão no conceito de agressão, que evidentemente não é hoje, apenas, sinônimo de ataque armado;
- delimitação mais consentânea da área dentro da qual tenha validade o Sistema de Segurança Coletiva, que se busca manter.

d) A Carta da Organização dos Estados Americanos

Mas é evidente que o documento básico para o entendimento e a formulação da Segurança Coletiva do Sistema Interamericano é a Carta da Organização dos Estados Americanos, já que ele contém o pensamento político, capaz de estabelecer e regular esta Segurança.

Assinada em Bogotá, a 30 de abril de 1948, por ocasião da IX Conferência Internacional Americana, foi posteriormente "reformada", pelo Protocolo de Buenos Aires, em 1967, firmado por ocasião da Terceira Conferência Interamericana Extraordinária.

Embora o Protocolo de Buenos Aires já apresentasse uma tônica voltada para os problemas do Desenvolvimento, ainda assim, os Propósitos Essenciais e os Princípios formulados na Carta de Bogotá se mantiveram imutáveis, como também invariáveis ficaram os artigos ordenadores da Segurança Coletiva, como vemos a seguir:

NATUREZA E PROPÓSITOS

Artigo 2

Para realizar princípios em que se baseia e para cumprir com suas obrigações regionais, de acordo com a Carta das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos estabelece como propósitos essenciais, os seguintes:

- a) Garantir a paz e a segurança continentais;
- b) Prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que surjam entre seus membros;
- c) Organizar a ação solidária destes em caso de agressão;
- d) Procurar a solução dos problemas políticos, jurídicos e econômicos, que surgirem entre os Estados-Membros; e
- e) Promover, por meio da ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

PRINCÍPIOS

Artigo 3

Os Estados Americanos reafirmam os seguintes princípios:

- a) O direito internacional é a norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas;
- b) A ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados e pelo cumprimento fiel das obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional;
- c) A boa-fé deve reger as relações dos Estados entre si;
- d) A solidariedade dos Estados Americanos e os altos fins que ela visa requerem a organização política dos mesmos com base no exercício efetivo da democracia representativa;
- e) Os Estados Americanos condenam a guerra de agressão: a vitória não dá direitos;
- f) A agressão a um Estado Americano constitui uma agressão a todos os demais Estados Americanos;
- g) As controvérsias de caráter internacional que surgirem entre dois Estados Americanos deverão ser resolvidas por meio de processos pacíficos;
- h) A justiça e a segurança sociais são bases de uma paz duradoura;
- i) A cooperação econômica é essencial para o bem-estar e para a prosperidade comuns dos povos do Continente;
- j) Os Estados Americanos proclamam os direitos fundamentais de pessoa humana, sem fazer distinção de raça, nacionalidade, credo ou sexo;
- l) A unidade espiritual do Continente baseia-se no respeito à personalidade cultural dos países americanos e exige a sua estreita colaboração nas altas finalidades da cultura humana;
- m) A educação dos povos deve orientar-se para a justiça, a liberdade e a paz.

SEGURANÇA COLETIVA

Artigo 27

Toda agressão de um Estado contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania, ou a independência política de um Estado Americano, será considerada como um ato de agressão contra todos os demais Estados Americanos.

Artigo 28

Se a inviolabilidade, ou a integridade do território, ou a soberania, ou a independência política de qualquer Estado Americano forem atingidas por um ataque armado, ou por uma agressão que não seja ataque armado, ou por um conflito extracontinental, ou por um conflito entre dois ou mais Estados Americanos, ou por qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, os Estados Americanos, em obediência aos princípios de solidariedade continental, ou de legítima defesa coletiva, aplicarão as medidas e processos estabelecidos nos Tratados especiais existentes sobre a matéria.

Assim, até 1974, pode-se afirmar que a Segurança Coletiva do Sistema Interamericano se alicerça:

- no princípio da Soberania e Independência das nações;
- no princípio da igualdade dos Estados;
- no princípio da “não intervenção”;
- no princípio do repúdio ao uso da força e da coação;
- no princípio da solução pacífica das controvérsias;
- no princípio da solidariedade na defesa;
- no princípio dos direitos imanentes à pessoa humana;
- no princípio da cooperação interamericana;
- no princípio da unidade dentro da diversidade. (8)

3 — CASOS VIVIDOS DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA COLETIVA

Se fôssemos perquirir os casos em que, a partir de 1945, o Sistema fez valer o que ele consagra como Princípios da Segurança Coletiva, iríamos possivelmente encontrar mais de dez casos e bem menos de vinte, da aplicação desses princípios.

Selecionaremos, para o nosso estudo, três que tipificam determinadas condutas, para, numa análise tanto quanto possível completa num estudo desta natureza, examiná-los. Chamemo-los: caso de Cuba, quando um membro foi excluído do Sistema e sujeito a sanções; caso da República Dominicana, quando o Sistema se fez presente, mediante a atuação de uma Força de Paz; e, finalmente, caso de El Salvador versus Honduras, quando o Sistema definiu um invasor e o conteve política e juridicamente.

a) Caso de Cuba

O caso de Cuba desenrolou-se basicamente ao longo da Oitava Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, em janeiro de 1962; da 9.^a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em julho de 64; e da 12.^a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em julho de 1967.

(1) *Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores* — Realizada em Punta del Este, foi consequência de uma nota apresentada ao Conselho da Organização, pela Colômbia, e convocada para "considerar as ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos, que possam surgir da intervenção de potências extra-continenciais..." A reunião realizava-se nos termos do artigo 6.º do TIAR (agressão que não seja ataque armado...), do artigo 11 do mesmo tratado e do Capítulo V da Carta da OEA então vigente (Segurança Coletiva).

Na Ata Final da Oitava Reunião de Consulta vamos encontrar, entre outras, as seguintes considerações:

"Que o atual Governo de Cuba se identificou com os princípios da ideologia marxista-leninista, instaurou um regime político, econômico e social baseado nessa doutrina e aceita a ajuda militar das potências comunistas extracontinentais, inclusive a ameaça de intervenção armada da União Soviética na América,"

As atuais ligações do Governo de Cuba com os países do bloco sino-soviético são visivelmente incompatíveis com os princípios e normas que regem o sistema regional, e particularmente, o da segurança coletiva, estabelecido na Carta da Organização dos Estados Americanos e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca;

É evidente que as ligações do Governo cubano com o bloco sino-soviético impossibilitam o mencionado Governo de cumprir as obrigações estipuladas na Carta da Organização e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca;

Que semelhante atitude de um Estado americano constitui violação dos deveres inerentes à condição de membro do sistema regional, sendo portanto incompatível com este;

Que a atitude assumida pelo atual Governo de Cuba e sua aceitação de ajuda militar proporcionada pelas potências comunistas extracontinentais destrói a eficácia defensiva do sistema interamericano;

Que nenhum Estado membro do sistema interamericano pode reclamar os direitos e privilégios do mesmo, se acaso negar ou desconhecer as obrigações correlativas,

1. Que em consequência de seus atos reiterados, o Governo de Cuba se colocou, voluntariamente, fora do sistema interamericano.

2. Que esta situação exige a mais constante vigilância por parte dos países membros da Organização dos Estados Americanos, os quais deverão informar o Conselho de todo fato ou situação suscetível de por em perigo a paz e a segurança do Continente.

3. Que existe interesse coletivo dos Estados Americanos em fortalecer o sistema interamericano e reconstituir sua unidade, com base no respeito dos direitos humanos e nos princípios e propósitos que a Carta da Organização prescreve para o exercício da democracia.

Depois de tais conclusões, nada mais restava senão que excluir Cuba dos órgãos que materializavam o Sistema Interamericano: a Organização dos Estados Americanos e a Junta Interamericana de Defesa. E isto foi feito, como se vê das Resoluções abaixo transcritas:

"1. Que a adesão de qualquer membro da Organização dos Estados Americanos ao marxismo-leninismo é incompatível com o sistema interamericano e que a filiação desse Governo ao bloco comunista destrói a unidade e a solidariedade do Hemisfério.

2. Que o atual Governo de Cuba, oficialmente identificado como Governo marxista-leninista, é incompatível com os princípios e propósitos do sistema interamericano.

3. Que essa incompatibilidade exclui o atual Governo de Cuba da participação no sistema interamericano.

4. Que o Conselho da Organização dos Estados Americanos e os outros órgãos e organismos do sistema interamericano adotem, sem demora, as providências necessárias para o cumprimento desta resolução.

.....

.....

Excluir imediatamente o atual Governo de Cuba da Junta Interamericana de Defesa até que o Conselho da Organização dos Estados Americanos disponha, pelo voto de dois terços dos seus membros, que a presença de Cuba na Junta não prejudica os trabalhos desta nem a segurança do Hemisfério."

(2) *Nona Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores* — Realizada na sede da Organização, em

Washington, atenderia a uma nota da Venezuela, que solicitava: "que se convoque imediatamente e em caráter urgente o Órgão de Consulta, de acordo com o artigo 6.º do TIAR, para que se considerem as medidas que devem ser adotadas ante os atos de intervenção e agressão de Cuba, que afetam a integridade territorial e a soberania da Venezuela, bem como a vigência das suas instituições democráticas."¹⁰

Atendida a solicitação, de imediato foi também designada uma comissão para investigar os fatos denunciados. Baseado nos fatos comprovados, a Nona Reunião resolveu:

"1. Declarar que os atos comprovados pela Comissão de Investigação constituem agressão e intervenção por parte do Governo de Cuba nos assuntos internos da Venezuela, o que afeta todos os Estados membros.

2. Condenar energeticamente o atual Governo de Cuba por seus atos de agressão e intervenção contra a inviolabilidade territorial, a soberania e a independência política da Venezuela.

3. Aplicar, de acordo com o disposto nos artigos 6.º e 8.º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, as seguintes medidas:

a) que os Governos dos Estados Americanos não mantenham relações diplomáticas nem consulares com o Governo de Cuba;

b) que os Governos dos Estados Americanos suspendam todo seu intercâmbio comercial, direto ou indireto, com Cuba, com exceção de alimentos, medicamentos e equipamento médico que por motivos humanitários possam ser enviados a Cuba; e

c) que os Governos dos Estados Americanos suspendam todo transporte marítimo entre seus países e Cuba, com exceção do transporte necessário por motivos de natureza humanitária." (10)

(3) *Décima Segunda Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores* — A 12.ª Reunião de Consulta reuniu-se em julho de 1967, atendendo mais uma vez à solicitação da Venezuela, nos termos dos artigos 39 e 40 da Carta

da Organização, então em vigor. O artigo 39, vale lembrar, regulava a convocação das Reuniões de Consulta e o artigo 40 autorizava qualquer membro da Organização a solicitar a referida convocação.

Em sua sessão de abertura, realizada em 19 de julho, a Reunião de Consulta aprovou a seguinte decisão:

"Autorizar o Presidente para que designe uma Comissão que se translade à Venezuela, receba informações adicionais e faça as averiguações que considere convenientes, sobre os fatos ocorridos na Venezuela..." (17)

Da leitura do Relatório da Comissão I, verifica-se que ela apurou o seguinte:

- 1 — Desembarque de homens e armas em Machurucuto — Estado de Miranda.
- 2 — Atos de terrorismo e sabotagem realizados pela FALN, orientados a partir de Cuba.
- 3 — Treinamento de elementos subversivos e terroristas em território cubano, para atuar na Venezuela. Este treinamento compreendia: teoria política, táticas de guerrilha, emprego e manutenção de armas e explosivos, comunicações, primeiros socorros médicos...
- 4 — Atuação, na Venezuela, de organizações clandestinas de espionagem, dirigidas do território cubano.
- 5 — Campanha de propaganda radiofônica, dirigida do território cubano, contra a Venezuela.

Diante de tais fatos, a 12.^a Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores resolveu:

1. Condenar, energicamente, o atual Governo de Cuba, por seus reiterados atos de agressão e intervenção contra a Venezuela e por sua persistente política de intervenção nos assuntos internos da Bolívia e de outros Estados americanos,

mediante incitação e apoio ativo e confesso a grupos armados e a outras atividades subversivas dirigidas contra os governos dos mencionados Estados.

2.

3.

4.

5. Recomendar aos governos dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos que apliquem, com todo rigor, as recomendações do Primeiro Relatório da Comissão Especial para Estudar as Resoluções II, parágrafos I e VIII da Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, de 3 de julho de 1963, com referência à prevenção de propaganda e de movimento de fundos e de armas de Cuba e de outras fontes ilegais para outros países da América, bem como ao fortalecimento do controle sobre viagens para Cuba e de Cuba, a fim de impedir o movimento de elementos subversivos; e que coordenem mais eficazmente seus esforços no sentido de impedir tais movimentos e transporte.

6. Recomendar aos governos dos Estados membros da Organização que, de acordo com sua legislação interna, adotem ou intensifiquem, conforme o caso, medidas de vigilância e de controle em seus respectivos litorais e fronteiras, a fim de impedir a entrada em seu próprio território, ou a saída, de homens, armas ou equipamentos procedentes de Cuba e destinados a fins de subversão e agressão.

7. Recomendar aos Estados-Membros da Organização que, de acordo com suas normas constitucionais e legais, exerçam, dentro de seu território a mais estrita vigilância sobre as atividades da chamada "Organização Latino-Americana de Solidariedade" (OLAS) e de seus "Comitês Nacionais".

8. Recomendar aos Estados-Membros da Organização a aplicação, quando for pertinente, de todas as recomendações constantes do Relatório da Comissão Especial para Estudar as Resoluções II, parágrafo I e VIII da Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores sobre a chamada Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina e suas projeções ("Conferência Tricontinental de Havana"), de 28 de novembro de 1966.

9. Recomendar aos governos dos Estados-Membros que tomem as providências que considerarem pertinentes para coordenar, entre países vizinhos, as medidas de vigilância, de segurança e de informação indicadas nos parágrafos 5, 6, 7 e 8.

10. Recomendar aos governos dos Estados-Membros que recusem embarcar qualquer carga governamental, ou financiada pelo governo, em qualquer embarcação que, a partir da data desta resolução, tenha participado no transporte de carga para Cuba ou de Cuba e, além disso, que os governos dos Estados-Membros tomem as medidas necessárias para proibir o suprimento de combustíveis a tais embarcações em seus portos, com exceção dos casos em que o transporte seja para fins humanitários.

11.

12.

13. Reafirmar que o principal meio para conseguir a segurança e a prosperidade do Hemisfério é o desenvolvimento por vias pacíficas e democráticas e que a subversão que é promovida por Cuba perturba esse processo.

14. Reiterar sua fé em que o desenvolvimento econômico e social só pode e deve ser alcançado dentro de um regime de respeito à democracia e aos direitos humanos, com base em ações e programas que coordenem os esforços internos com a cooperação internacional, a fim de atender às inadiáveis aspirações e necessidades dos povos da América.

15. Instruir o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos no sentido de que encaminhe ao Conselho de Segurança das Nações Unidas os textos desta resolução e dos relatórios das Comissões I e II desta Reunião de Consulta, de acordo com o Artigo 54 da Carta das Nações Unidas.

b) O Caso da República Dominicana

O caso da República Dominicana, ou caso São Domingos, tipifica a intervenção do Sistema mediante a criação de uma Força de Polícia, com vistas a assegurar a ordem interna em um país membro.

Na manhã de 29 de abril de 1965, o Conselho da Organização dos Estados Americanos reuniu-se em sessão extraordinária, por iniciativa do seu Presidente, o Embaixador Representante dos Estados Unidos, para examinar os graves acontecimentos que se vinham desenrolando naquela República, desde o dia 24 de abril.

Na noite daquele mesmo dia, por requerimento do Representante do Chile, convocava-se uma Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, ainda uma vez, nos termos dos artigos 39 e 40 da Carta então vigente.

Da agenda da reunião, constava o seguinte: "Grave situação criada por luta armada na República Dominicana". A reunião foi marcada para o dia 1.º de Maio e teria como sede a União Pan-Americana, em Washington, D.C.

Todavia, como os fatos continuavam se sucedendo com gravidade, o Conselho autorizou o Secretário-Geral da Organização, Dr. José A. Mora, a viajar para a República Dominicana, "a fim de entrar em contato com o Decano do Corpo Diplomático, secundar sua missão pacificadora e significar a presença da Organização".

A 1.º de Maio, realiza-se a primeira reunião da Comissão e, neste mesmo dia, em Sessão Plenária, cria-se uma Comissão Especial, que deveria transferir-se imediatamente para São Domingos, onde deveria fazer todo o possível para apressar o restabelecimento da paz e da normalidade. Dentro dessa idéia, deveria a Comissão Especial buscar realizar com prioridade o seguinte:

— oferecer seus bons officios aos grupos armados e grupos políticos dominicanos, bem como aos representantes diplomáticos, a fim de conseguir urgentemente:

- cessação de fogo;
- saída ordenada de pessoas asiladas nas missões diplomáticas e de todos os cidadãos estrangeiros que desejarem retirar-se da República Dominicana;
- investigar todos os aspectos da situação existente na República Dominicana, que determinaram a convocação da Reunião.

A cinco de maio, a Comissão obtinha um primeiro êxito palpável: assinava-se a chamada "Ata de São Domingos". Pela Ata, ratificava-se o cessar fogo, estabelecido desde 30

de abril. Regulavam-se, também, importantes pontos, permitindo-se assim prosseguir objetivamente nos trabalhos em busca da pacificação.

No início da 2ª quinzena de maio, a Comissão Especial considerou sua tarefa concluída, mas ao fazê-lo recomendou à X Reunião de Consulta que mantivesse um representante, para atuar em nome desta X Reunião, em São Domingos.

Aproveitando a presença, em São Domingos, do Secretário-Geral José A. Mora, a Comissão, dentro da idéia que lhe fora proposta, atribui-lhe novas missões:

- “proceder a gestões no sentido da estreita cessação de fogo, de acordo com a Ata de São Domingos;
- oferecer seus bons ofícios às partes em luta, com o objetivo de conseguir o estabelecimento de um clima de paz e conciliação, que permitisse o funcionamento das instituições democráticas na República Dominicana;
- coordenar, no que fosse pertinente, as atividades destinadas ao cumprimento dos fins estabelecidos nesta resolução (cumprimento da Ata de São Domingos, mediação no sentido de estabelecer-se um clima de paz), com as que desenvolveria o Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas;
- manter a Reunião devidamente informada, sobre as gestões que levasse a efeito, bem como sobre os resultados das mesmas.

A seis de maio, a X Reunião de Consulta tomou uma resolução que se constituiria em marco histórico da Segurança Coletiva: criou uma Força Interamericana.

Eram os seguintes, os termos da Resolução:

- “1. Solicitar aos Governos e aos Estados-Membros que desejem e estejam em condições de fazê-lo, que ponham à disposição da OEA, dentro de suas possibilidades e na medida que pu-

derem, contingentes terrestres, navais, aéreos ou de polícia, com o fim de formar com eles uma Força Interamericana que funcionará sob a autoridade desta 10ª Reunião de Consulta.

2. Esta Força terá como único fim, dentro de um espírito de imparcialidade democrática, colaborar na restauração da normalidade na República Dominicana, na garantia da segurança de seus habitantes, na inviolabilidade dos direitos humanos, no estabelecimento de um clima de paz e conciliação que permita o funcionamento das instituições democráticas na dita República.
3. Solicitar aos Comandantes dos Contingentes militares que integram esta Força, que tomem diretamente entre eles e com uma Comissão representativa desta Reunião, as medidas de caráter técnico necessárias para estabelecer um Comando Unificado da OEA, para uma ação coordenada e eficaz da Força Armada Interamericana. Na composição desta Força se procurará que os Contingentes Nacionais sejam progressivamente paritários.
4.
5. A retirada da Força Interamericana do território Dominicano será determinada por esta Reunião.
6.
7. 13."

A 23 de maio, usando-se o Hotel Embajador, em São Domingos, como Secretaria-Geral da OEA, firma-se a Ata da criação da Força Interamericana e se estabelece o seu Comando Unificado.

Dessa Ata constava:

- "1. Estabelece-se a Força Interamericana como Força da OEA.
2. A Força Interamericana consistirá no Comando Unificado e nos Contingentes Nacionais dos Estados-Membros que esta assinam.
3. O Comando Unificado consistirá no Comando em Chefe da Força Interamericana, o Subcomandante e o Estado-Maior.
4. O Comandante em Chefe da Força Interamericana exercerá o controle tático de todos os elementos da Força;

zelará para que a Força cumpra as funções que lhe atribua a OEA e terá a seu cargo, o desligamento e incorporação das Unidades que integram a Força.

5. Os membros da Força continuarão pertencendo às Forças Armadas e Policiais de seus respectivos países. Não obstante, durante o período em que estejam incorporados à Força prestarão serviços sob a autoridade da OEA, estarão sujeitos às instruções do Comandante em Chefe e de seus subordinados, pela via hierárquica. Com exceção do controle tático, os Comandantes dos Contingentes Nacionais conservarão o comando de suas respectivas Unidades...

(13)."

A FIP chegou a atingir um efetivo de cerca de 12.600 homens, assim distribuídos entre os membros do Sistema:

Estados Unidos:	10.900
Brasil:	1.115
Honduras:	250
Paraguai:	183
Nicarágua:	164
Costa Rica:	21
El Salvador:	3

A 24 de junho de 1966, mais de um ano depois da sua primeira reunião, a X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas decidiu retirar da República Dominicana a Força Interamericana de Paz, em virtude de haverem sido alcançados os objetivos que tinham ensejado a sua criação.

Consumava-se com êxito a intervenção do Sistema. A ordem e a paz estavam restabelecidas no país membro.

c) El Salvador Versus Honduras

As operações militares entre El Salvador e Honduras possibilitaram a atuação da OEA, de forma mais incisiva, fazendo com que um dos beligerantes recuasse diante da força moral e política da Organização.

Em 4 de julho de 1969, o Ministro das Relações Exteriores de Honduras, nos termos dos artigos 39, 40 e 43 da Carta então vigente e também do artigo 3.º do TIAR, solicitou ao Conselho da Organização uma Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.

O Conselho atendeu ao solicitado e convocou para seis dias depois (10 de julho) a Reunião solicitada, recomendando desde logo aos governos litigantes que evitassem qualquer ato, capaz de agravar a situação.

Em 14 de julho, o Conselho da Organização cria uma Comissão de Sete Membros, para estudar "in loco" o problema.

No dia seguinte (15 de julho) toma uma atitude mais impositiva: insta, nos termos do artigo 7.º do TIAR, para que os governos de El Salvador e Honduras cessem as hostilidades e restabeleçam a situação em que se encontravam antes do conflito armado.

A 18 de julho, o Conselho vai mais além:

- fixa a cessação das hostilidades para 22 horas deste dia (hora local centro-americana);
- insta para que os dois governos, desde que estejam ocupando território que não o seu (somente El Salvador estava), determinem a retirada das tropas para os limites que ocupavam antes de 14 de julho, no prazo de 96 horas;
- solicita aos Estados-Membros que ponham à disposição da Comissão dos Sete os meios necessários para que esta cumpra a missão que lhe fora determinada.

Fixou o Conselho, ainda nessa data, um Sistema de Vigilância e Supervisão das Ações das Forças Terrestres, para funcionar após a cessação das hostilidades. Regulou também a entrega das localidades por acaso ocupadas e disciplinou a conduta das Forças Aéreas dos beligerantes. Finalmente, instou com os Governos de El Salvador e Honduras, para que

suspendessem a campanha de excitação que vinha sendo praticada pelos órgãos de comunicação de massa.

Todavia, embora o Governo de El Salvador houvesse acatado a decisão de suspender as hostilidades, no dia 22 de julho ainda mantinha suas tropas em território hondurenho, condicionando o cumprimento da determinação da retirada ao atendimento de uma série de reivindicações que apresentara.

Diante de tal fato, o Conselho da Organização, após lembrar aos beligerantes "que a recusa à ação pacificadora será levada em conta na determinação do agressor e na aplicação imediata das medidas acordadas em reunião de consulta", reitera a determinação da suspensão de hostilidades e retirada de força, marcando uma Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, para analisar os fatos conseqüentes à decisão tomada.

Diante de tal atitude, El Salvador iniciou a retirada do seu Exército do território hondurenho, de tal forma que, no dia 3 de agosto, o último combatente terrestre salvadorenho abandonaria o território de Honduras.

Finalmente, no dia 4 de junho de 1970, os Chanceleres centro-americanos aprovaram o "Plano para o estabelecimento de uma zona de segurança e pacificação", que ficou conhecido como o "Acordo de São José".

No dia 23 de abril de 1971, por ocasião do encerramento do Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, os Chanceleres de Honduras e El Salvador dão publicidade a dois documentos separados, mas de mesmo teor, no qual declaram sua intenção de por fim, dentro do mais curto prazo, à situação anômala existente entre Honduras e El Salvador e de apresentar, em documento escrito, as proposições concretas, que possam solucionar de maneira global as diferenças entre os dois Estados. Assinam esses documentos, além dos Ministros das Relações Exteriores interessados diretamente, o Presidente e o Ministro das Relações Exteriores da Costa Rica, e os Ministros das Relações Exteriores de Guatemala e Nicaraguá.

4 — OS PROBLEMAS VIGENTES

Quais os principais problemas com que se depara hoje o Sistema de Segurança Coletiva interamericana? Até que ponto o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca é ainda um instrumento pertinente?

É claro e indiscutível que, ao analisarmos o panorama da Segurança do Sistema, não podemos fugir à evidência de que Segurança e Desenvolvimento, nesta parte do mundo, talvez mais do que em qualquer outra, guardam entre si, "mútua causalidade".

Mas é evidente que reconhecer o fenômeno não basta para solucionar os problemas com ele correlatos, embora seja o primeiro passo para uma caminhada, que se apresenta desde logo árdua.

Mesmo porque, de outra parte, estamos testemunhando que mesmo nas áreas mais desenvolvidas do Sistema, ou como tal reputadas, a Guerra Revolucionária, em suas múltiplas facetas, também se faz presente, com seqüestros, assassinatos, pirataria aérea e outros eventos semelhantes.

Urge, pois, tanto quanto possível, construir os instrumentos jurídicos que recebam o respaldo político do Sistema, permitindo assim equipar o Sistema de Segurança Coletiva com as armas que lhe possibilitem a pronta resposta.

Outro aspecto que cresce de importância, na conjuntura presente, é a crise energética e a escassez de matérias-primas. Elas fazem com que a existência, no Sistema, de áreas geográficas pertencentes ou sob controle de Estados não membros, adquira hoje uma nova e maior importância, já que de repente pode se transformar num problema da mais alta gravidade. Dentro deste panorama, está evidentemente inserida a questão do mar territorial, vale dizer, da plataforma submarina.

De qualquer maneira, parece que a primeira tentativa válida a ser feita, para permitir condições mínimas de fun-

cionamento ao Sistema de Segurança Coletiva, seria buscar a maior identidade possível dos Estados-Membros, em torno do entendimento de que fosse agressão que não constituísse ataque armado.

O problema, como evidentemente se vê, não é simples: não nos parece justo que se duvide, nos dias atuais, da possibilidade da agressão econômica. Está aí mesmo, para quem quiser ver, o uso do petróleo como arma de guerra. . . Mas, se infantil seria não admitir a agressão econômica, pior seria desconhecer a agressão política ou ideológica, tão bem caracterizada pelo financiamento à subversão e ao terrorismo, pela tolerância à pirataria aérea, pela concessão do couto e homizão aos responsáveis pela prática de bárbaros crimes contra a humanidade. Isto tudo, sem esquecermos a utilização hostil dos meios de comunicação de massa, em particular dos eletrônicos.

Será uma tarefa fácil buscar tal entendimento? Não cremos que sim.

Mas este não é o único problema. Outros há, também, de difícil equacionamento. Esboçemos alguns:

- o respeito e a prática dos princípios de autodeterminação e de não intervenção, possivelmente terminaram por fazer gerar dentro do Sistema a idéia da pluralidade ideológica ou do pluralismo ideológico, entendendo-se como tal a existência, dentro do Sistema, os Estados que escolheram a Democracia, se não como regime político ainda, pelo menos como filosofia de vida, ao lado de outros, que fazem o marxismo-leninismo a sua maneira de ser e fazer. Haveria, assim, possibilidade de se estabelecer um Sistema de Segurança Coletiva, compreendendo Estados que se situam em universos políticos antagônicos?

— finalmente, há que se ter em linha de conta que, dentro do Sistema, mesmo entre os Estados que se dizem na busca da Democracia, há marcantes diferenças de pensamento político. Seria possível, pois, estruturar-se um pensamento militar, razoavelmente tolerável por todos, que pudesse ensejar o estabelecimento de um Sistema de Segurança Coletiva?

Esta é a pergunta que se vem buscando responder.

NOTAS

- (1) Política Nacional C4-123-72 — Pg. 11 — ESG/Brasil
- (2) Política Nacional C4-123-72 — Pg. 13 — ESG/Brasil
- (3) Política Nacional C4-123-72 — Pg. 14 — ESG/Brasil
- (4) Política Nacional C4-123-72 — Pg. 17 — ESG/Brasil
- (5) Política Nacional C4-123-72 — Pg. 26 — ESG/Brasil
- (6) Segurança Nacional C 18-123-72 Pg. 4 — citando Oswaldo Aranha — ESG/Brasil
- (7) Segurança e Desenvolvimento C-01-067 — Pg. 2 — ESG/Brasil
- (8) AMÉRICAS — Volume 25 N.º 3, Março de 1973 — Publicação da Secretaria-Geral dos Estados Americanos, em artigo de análise do "Direito Regional Interamericano".
- (9) Ata final da Oitava Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores — Punta Del Este, Uruguai — 22 a 31 de Janeiro de 1962.
- (10) Ata final da Nona Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores — Washington — DC — 21 a 26 de Julho de 1964.
- (11) Informe da Comissão I da 12ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.
- (12) XII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores — Resolução N.º III.
- (13) A Experiência do FAIBRAS na República Dominicana. Coronel Carlos de Meira Mattos. Pgs. 13 e 14.

BIBLIOGRAFIA

1. Política Nacional — Conceitos Fundamentais, ESG/Brasil, C4-123-72.
2. Segurança Nacional. ESG/Brasil. C18-123-73.
3. Segurança e Desenvolvimento. Aula Inaugural dos Cursos da ESG (13 Mar 67) pelo Mar Humberto de Alencar Castello Branco.
4. Publicação "Américas". Volume 25, n.º 3. Maio de 73. Publicação da Secretaria-Geral dos Estados Americanos.
5. Junta Interamericana de Defesa — Publicação da Organização.
6. Oitava Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores — Ata Final — 1962.
7. Nona Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores — Ata Final — 1964.
8. A Décima Segunda Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores — Informe da Comissão I.
9. Décima Segunda Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores — Resolução n.º III.
10. "A Crônica da OEA" — Publicação da União Pan-Americana, Washington, D.C., Volume I, n.º 1, agosto de 1965.
11. "A Experiência do FAIBRAS na República Dominicana" — Coronel Carlos Meira Mattos e Oficiais do FAIBRAS — Composto e impresso nas oficinas do Serviço Gráfico da Fundação IBGE, em Lucas, Rio de Janeiro. GB, Brasil.
12. Situação entre Honduras e El Salvador. Resoluções aprovadas pelo Conselho da Organização e pelo Conselho atuando provisoriamente como órgão de consulta (Até o dia 23 de julho de 1969) — OEA, 13ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores. Washington, D.C. 1969.
13. Informe da Comissão da 13ª Reunião de Consulta (28 de agosto de 1969). Retirada das Tropas Salvadorenhas do Território Hondurenho. OEA, 13ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores. Washington, D.C. 1969.

O Aluno de Tiro-de-Guerra no Contexto da Segurança Nacional

Subtenente
OLY FLORES GUIMARÃES

"Toda pessoa, natural ou jurídica, é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei." (Const. do Brasil, Art. 86.)

É com o preparo do cidadão, para a prática de seus direitos e deveres, e para o entendimento do papel e da responsabilidade que lhe cabem perante a comunidade nacional, que começa a ser organizada a segurança interna de uma democracia.

A segurança é uma preocupação instintiva da sociedade. A defesa contra possíveis ataques de inimigos externos e a garantia contra insurreições internas sempre motivaram as nações para o estabelecimento de um complexo de garantias capaz de proteger a integridade de seu território e a estabilidade de suas instituições. (1)

Por segurança não se entende, hoje, porém, apenas garantia da ordem e dos regimes. Novas idéias alargam a esfera da segurança, em cujo âmbito passam a figurar as garantias para a conquista e manutenção de todos os objetivos nacionais, entre os quais avulta o objetivo máximo, o bem-estar da comunidade. (2) E a rota para alcançar estes objetivos será o esforço perdurável, racional e eficiente da comunidade, para a utilização de todos os recursos materiais e de todas as aptidões e valores físicos, intelectuais, espirituais e morais do homem, no mais alto grau de aproveitamento. (3) Eis

como se imagina o fluir dos interesses humanos numa sociedade que lhes permite a expansão, os acolhe, os mantém e os defende. Não são meros interesses vegetativos ou instintivos, mas sim, elevados a superiores níveis de aspirações para a realização plena da vida que incorpora valores religiosos, éticos, artísticos, econômicos, sociais e políticos. (4)

Entretanto, para que a realização plena da vida cujos reflexos são, entre outros, o clima de paz e compreensão reinantes, funcionamento harmônico das instituições, a cordialidade e o respeito mútuos e uma sensação de bem-estar individual e coletivo crescente, se concretize, torna-se imperioso que haja uma garantia por parte dos poderes constituídos para a estabilidade das instituições vigentes na nação. (5)

Tal garantia ou, mais adequadamente, tal segurança, é indispensável à sobrevivência da nação. Nas sociedades modernas, a sobrevivência, tanto quanto a existência, está ligada à segurança, e o poder e a função do Estado têm-se ampliado para preservar aquelas condições vitais. (6)

Não obstante, ao mesmo tempo em que as autoridades governamentais evocam a si a maior responsabilidade pela segurança do país, mediante planejamentos baseados em dispositivos constitucionais e legais, é implícito aos membros das comunidades, isoladas ou em grupo, um dever e um esforço cada vez maiores de integração, mediante o respeito à lei e às autoridades, o aprimoramento das qualidades morais, cívicas e intelectuais, dedicação leal e honesta ao trabalho e às atividades espirituais. (7)

Cada brasileiro assim procedendo no seu ambiente e no modo de vida, nos meios urbanos ou rurais, nos Estados e seus respectivos municípios e distritos, nos pontos mais isolados do território nacional, estará dando a sua contribuição para que seja preservada a segurança nacional; esta será, também, a sua própria segurança e a de sua família, de seus bens materiais, de suas atividades, enfim, de sua liberdade. (8)

É nesse contexto que os Tiros-de-Guerra — “Órgãos de Formação de Reservistas com a missão de formar soldados e cabos reservistas de 2.ª Categoria do Exército, os quais po-

derão ser empregados em atividades correlatas à manutenção da ordem interna" — prestam serviços relevantes, motivando os jovens do interior, convocados e matriculados, para um novo interesse, uma maior meditação, um estado de espírito mais sensível ao problema da segurança; estimulando sentimentos cívicos e individuais e da coletividade, ao mesmo tempo que, aproveitando o entusiasmo dos jovens, alertam os adultos, concitando-os a uma nova concepção de civismo.

Desse trabalho desenvolvido pelos Tiros-de-Guerra e por seus alunos, resulta um preparo sistemático, cívico e psicológico, com profundos reflexos na comunidade, no seio da qual — mediante doutrinação e esclarecimentos inequívocos — são lançadas as condições de resistência e imunidade à doutrina e filosofia de vida contrárias às nossas tradições, desenvolvendo e consolidando, conseqüentemente, uma mentalidade de segurança nacional.

Poderá parecer, à primeira vista, que há um certo excesso de otimismo não só na participação mas, também, nos resultados dessa participação dos alunos de Tiro-de-Guerra em tão importante e complexo assunto, visto que, em sua profundidade, envolve implicações e aplicações em todos os campos de atividades do país. Todavia, não seria demais recordar, além do aspecto moral e afetivo dessa participação em que o aluno, consciente e livre, procura afirmar-se, cooperando na busca de soluções para os problemas da comunidade na qual vive que também essa cooperação é hoje decorrente de ato legal, pois que o Decreto n.º 57.654, de 20 Jan 66 — Regulamento da Lei do Serviço Militar — fixa em seu artigo 4.º:

"Art. 4.º — O Serviço Militar consiste

§ 1.º — Tem por base a cooperação consciente dos brasileiros, sob os aspectos espiritual, moral, físico, intelectual e profissional, na segurança nacional.

§ 2.º — Com as suas atividades, coopera na educação moral e cívica dos brasileiros em idade militar e lhes proporciona instrução adequada para a defesa nacional."

Também o Programa-Padrão de Instrução para os Tiros-de-Guerra — PP-7-40 Ed/72, precisa que:

"A instrução nos Tiros-de-Guerra deve ter por objetivo a preparação de:

a. Municípes esclarecidos dos problemas locais, interessados nas aspirações e realizações de sua comunidade e cidadãos integrados na realidade nacional;

b. Reservistas aptos a desempenhar tarefas de segurança, na paz e na guerra, nos quadros da Defesa Territorial, Defesa Civil e Ação Comunitária;

c. Antes líderes democráticos, esclarecidos nas técnicas das lutas ideológicas do que combatentes convencionais."

Esta preparação, esta cooperação tanto a consciente e livre quanto a preconizada pelos citados documentos legais, têm sido conseguidas, de um modo geral, em um ano de atividades, a par com a instrução necessária ao manejo e emprego do material bélico existente nos TG. Na prestação desse serviço, o convocado tem desenvolvido, dentro dos princípios de moral cristã, a atividade mental, o espírito de lealdade, o amor à ordem, a retidão de caráter, a confiança em si mesmo, o sentimento do dever, a firmeza de atitudes e o mais elevado sentido de amor ao Brasil. (9) Com estas características, é construída a sua personalidade de cidadão da democracia brasileira (10), tornando-o apto a participar na formação de uma sadia mentalidade cívica da comunidade que o acolhe.

Sabemos que sem um código de conduta e um sentimento dominante, um país se desintegra; falta-lhe um ponto central. Uma nação que é um ajuntamento de aventureiros não é,

absolutamente, uma nação. Preservar a coesão nacional é, em parte, missão da família, da igreja, e da escola. Mas o Serviço Militar é também parte vital da escola, da cidadania e dos valores nacionais. (11)

É evidente que o cidadão, educado na compreensão da democracia e do benefício da segurança do regime, aceitará, conscientemente, todas as medidas que o Estado venha a adotar em proveito daquela segurança, uma vez que são dirigidas unicamente contra os que atentam contra ela. (12)

Ora, a condição essencial para que o Estado possa atender ao conjunto de medidas reclamadas pela defesa de sua soberania, em todos os seus aspectos, é a existência, no espírito da comunidade nacional, de uma consciência segura, esclarecida e alertada contra as ameaças de todos os tipos, que possam comprometer essa soberania. (13)

Logo, nos Tiros-de-Guerra, a preocupação maior tem sido a de dar aos jovens uma sólida estrutura moral, moral baseada nos ensinamentos de uma filosofia democrática e cristã, advinda pelo exemplo do lar, pela virtude dos que o cercam, pela firmeza de caráter que dele se exige, pelos ensinamentos sadios e verdadeiramente democráticos que lhe são ministrados na escola, pela certeza de que lhe cabe esperar tudo do futuro, que seu papel é saber, é trabalhar, é preparar-se para, chegada a sua vez, poder cooperar na grande luta que é de todos nós, pela busca do bem comum. (14)

Eis o aluno de Tiro-de-Guerra engajado no contexto da Segurança Nacional pois, a educação militar, alfabetizando, aprimorando o físico, a mente e a alma, incute disciplina, educa e instrui, dá senso de responsabilidade, desenvolve todas as boas qualidades morais, ensina o civismo e prepara o homem não apenas para ser soldado, mas, sobretudo, como cidadão útil à sociedade em todos os degraus das diversas classes sociais. (15)

Numa democracia todos têm de estar conscientes de seu dever para com o todo, por isso cada um tem de se sentir responsável para com todos. A vida social reclama de todos

contribuição na medida da capacidade de cada um. Cada qual, portanto, é responsável para com a comunidade, pelo que está ao alcance de sua capacidade.

A preparação moral e cívica de nossa juventude é hoje considerada como um problema de Segurança Nacional, a longo prazo (16) e o aluno de Tiro-de-Guerra tem sido preparado para a compreensão desta realidade.

BIBLIOGRAFIA

- 1) ADESG — Ciclo de Conferências sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento: Fundamentos e Fatores Econômicos do Poder Nacional. Delegacia do Paraná — Londrina, Gráfica Ipê S/A, p. 5, 1969.
- 2) Idem, idem, ibidem.
- 3) ADESG — Ciclo de Conferências sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento: Objetivos Nacionais Permanentes. Delegacia do Paraná — Londrina, Gráfica Ipê S/A, p. 33, 1969.
- 4) Idem, idem, p. 9.
- 5) DSM — Textos Auxiliares para Instrução, Rio de Janeiro, Gráfica Campo Grande Ltda., p. 4, 1969.
- 6) Idem, idem, ibidem.
- 7) Idem, idem, ibidem.
- 8) Idem, idem, ibidem.
- 9) LOPES, M. Araujo, Gen — Cooperação do Exército na Formação da Cidadania. Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, (1 e 2 — Jan a Jun), 164, 1967.
- 10) Idem, idem, ibidem.
- 11) Destaques — A Defesa Nacional, Rio de Janeiro (653), p. 142, 1974.
- 12) TAVARES, A. de Lyra, Gen — Segurança Nacional. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército — Editora, p. 51, 1958.
- 13) Idem, idem, p. 13.
- 14) MURICY, A. C. da Silva, Gen — O Estudante e o Terrorismo. Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, 98 (1 e 2 — Jan a Jun), p. 66, 1972.
- 15) LAURIODÓ, Ivan, Cel Cav QEMA — A Educação Militar como Fator de Mobilidade Social. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro. (653), p. 49, 1974.
- 16) SAMPAIO, Tarcísio Monteiro — Educação Moral e Cívica. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro. (633), p. 30, 1970.

O Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado

**Cel. Art
PERICLES VIEIRA**

PALAVRAS INICIAIS

"Em toda a fantástica profusão dos arsenais modernos, seria difícil encontrar uma arma que não seja reconhecida por um soldado de 1945, e a única verdadeira novidade é o laser..."

... Do artigo "Isto É Guerra" — Jornal do Brasil — 15 Dez 74...

Se bem que não constitua novidade, o emprego do Grupo de Artilharia Autopropulsado, entre nós, cresce de importância, no momento, não só pelo fato de sua recente aquisição e organização mas, sobretudo, pelo fato sempre presente da Guerra Revolucionária que, com as múltiplas nuances com que se tem apresentado, vem revolucionando o emprego dos meios convencionais.

Achamos oportuno lembrar o que foi consagrado como doutrina provada e comprovada na 2.^a Guerra Mundial e que certamente permanecerá válido até que outra guerra demonstre o contrário.

1. INTRODUÇÃO

As características primordiais da Brigada de Cavalaria Blindada — potência de fogo, blindagem, mobilidade e ação de choque — são comuns a todos os seus elementos de combate e de apoio ao combate. O grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado GAC-AP precisa ser potente, prote-

gido e extremamente móvel para atender ao modo peculiar de atuação da Grande Unidade Blindada.

As operações da Brigada de Cavalaria Blindada caracterizam-se pela rapidez na evolução das situações, passando bruscamente de situações estáticas a situações extremamente móveis, e vice-versa. O GAC-AP necessita de uma grande flexibilidade para adaptar-se, do melhor modo, e rapidamente, às bruscas mudanças de situação tática, possibilitando-lhe a passagem rápida e sem dificuldade, de uma centralização máxima à mais ampla descentralização, e vice-versa.

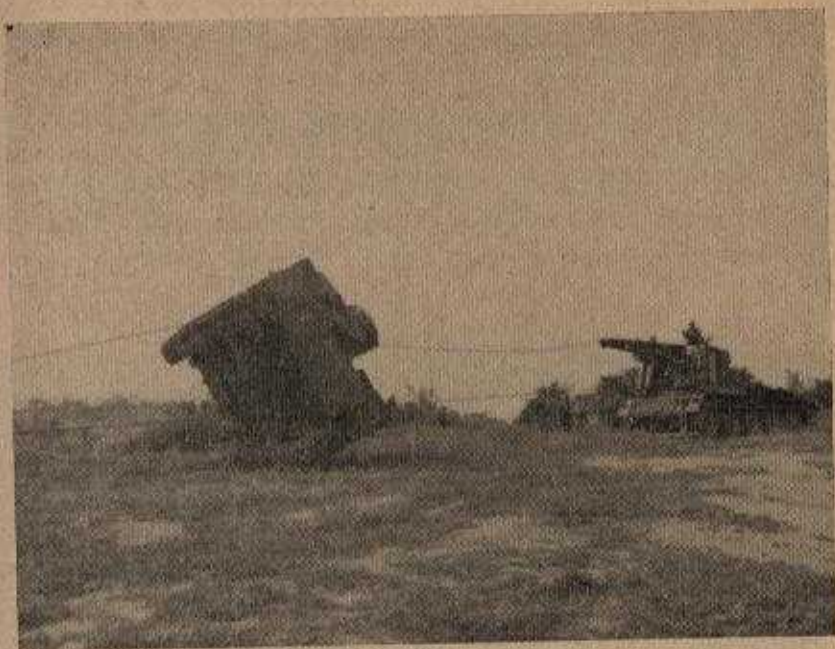
O GAC-AP está dotado de material que o permite contar com tais características as viaturas blindadas de modelo M-108, M-113 e M-578 e grande quantidade de estações de rádio. As primeiras, em número de 18, são as que suportam os obuseiros de 105mm: 6 por Bateria de Tiro; as M-113 são empregadas como transporte de pessoal e de munição sendo distribuídas 4 por Bateria de Tiro e 2 na Bateria de Comando. Nelas são instaladas as Centrais de Tiro de Grupo e de Bateria; a viatura socorro blindada M 578 na Bateria de Serviços.

O OBUS 105 M-108 NO MOMENTO DO TIRO



Note-se como é reduzido seu recuo

VIATURA SOCORRO BLINDADA M-578



Viatura em ação no momento em que sua lança ergue um carro de combate tombado

VIATURA BLINDADA M-113



2. DADOS TÉCNICOS

Antes de abordarmos os aspectos diretamente relacionados com o emprego do Material Autopropulsado examinemos alguns de seus mais significativos dados técnicos, em confronto com dados análogos do tradicional Obuseiro 105 M2 A2, rebocado.

DADOS		TÉCNICOS	
			
PESO.....	- M2 A2 226t Kg	PESO.....	- 2t Ton
AUTONOMIA.....	- 570 Km	AUTONOMIA.....	- 350 Km
VELOCIDADE.....	- 40 Km/h	VELOCIDADE.....	- 52 Km/h
ARMAMENTO.....	- Mtr .50 (2 no LF)	ARMAMENTO.....	- Mtr .50
CALIBRE.....	- 105 mm	CALIBRE.....	- 105 mm
ALCANCE.....	- Carga 7 - 11 200m	ALCANCE.....	- Carga 7 - 11 200m
CAMPO TIRO.....	{ HOR: 818" VER: 89" a 1180"	CAMPO TIRO.....	{ HOR: 6 400" VER: 107" a 1333"

Fig. n.º 1

3. ORGANIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Não há diferenças essenciais entre as organizações do GAC-AP e do convencional Rebocado.

3.1. — As principais diferenças estão nos efetivos: o número de cabos do GAC-AP é bem maior, pois os motoristas das viaturas blindadas são todos cabos no Núcleo-Base; as guarnições das peças, por outro lado, no GAC-AP são reduzidas. Enquanto no Grupo Rebocado a peça conta com oito

CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL		
		
PRESTEZA	AS PEÇAS COM O TUBO DIRIGIDO NO SENTIDO DE MARCHA PERMITEM ABRIR FOGO LOGO QUE PARAM	EXIGEM MAIS TEMPO PARA A ABERTURA DO FOGO
PROTEÇÃO	RELATIVA BLINDAGEM	QUASE NENHUMA APENAS O ESCUDO
RAPIDEZ	MUDA RAPIDAMENTE DE POSIÇÃO	EXIGEM MAIS TEMPO PARA AS MUDANÇAS DE POSIÇÃO
PROTEÇÃO A C	MOBILIDADE E DOTACÃO DE MIA, AC PERMITE AFOR-SE A ATU DIRETOS DE CAMPOS, NÃO DEVENDO EMPENHAR-SE EM COMBATE APROXIMADO COM ELAS	MUITO VULNERÁVEL NOS ATAQUES DIRETOS DOS CARROS
ARMAMENTO	CADA VEÍCULO DISPÕE DE UMA MTR 50	APENAS DUAS MTR 50 NA LF
CAMUFLAGEM	MUITO DIFÍCIL	A REDE RESOLVE
DESGASTE	MAS SENSÍVEIS OS GRANDES DESLOCAMENTOS CAUSAM DESGASTE ACENTUADO NOS VEÍCULOS E ELEVADO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL 1600 M/HR61	SEM MENOR
COMUNICAÇÕES	CONSIDERÁVEL DOTACÃO DE RÁDIO, PRINCIPAL MEIO DE COMUNICAÇÕES	MEIOR DOTACÃO DE RÁDIO, O PRINCIPAL MEIO DE COMUNICAÇÕES É O FOG
DAI DECORREM, AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL AUTOPROPULSADO:		
MOBILIDADE	PROTEÇÃO BLINDADA	POTÊNCIA DE FOGO
		FLEXIBILIDADE

Fig. n.º 3

- **POTÊNCIA DE FOGO** — O Grupo AP além do elevado número de peças de artilharia (18 por Gp) dispõe de suficiente armamento automático para limpar suas áreas de posição, reduzir bolsões de resistência, combater entre as Unidades inimigas (quando a isso for obrigado) e simultaneamente apoiar o Escalão de Ataque.
- **FLEXIBILIDADE** — O Grupo AP é capaz de ocupar posição e atirar imediatamente, podendo ainda apoiar uma frente de 360°. Isto é particularmente importante na perseguição e na contraguerrilha quando a Artilharia poderá atuar onde o inimigo se possa encontrar.

A flexibilidade do Grupo AP é de tal modo que permite a continuidade do apoio, apesar das constantes mudanças nas direções do ataque da Brigada Blindada.

Fraciona-se e reagrupa-se com grande facilidade.

4. EMPREGO DO GRUPO AP

O emprego do Grupo AP, na nova organização experimental do Exército, se fará em dois ambientes distintos de atuação: os Grupos com as Brigadas (descentralizados) e os Grupos com a AD (centralizados).

Recordemos parte de nossa atual organização:

A Divisão de Exército:

A DIVISÃO DE EXÉRCITO

A DE

É UMA GRANDE UNIDADE DA FORÇA TERRESTRE CONSTITUÍDA DE UM NÚMERO VARIÁVEL DE BDA, NÃO NECESSARIAMENTE IDENTICAS E POR TROPAS DIVISIONÁRIAS QUE COMPREENDEM UNIDADES DE COMBATE, APOIO AO COMBATE E APOIO ADMINISTRATIVO.

A DIVISÃO COORDENA O EMPREGO DAS BDA QUE A INTEGRAM E, QUANDO NECESSÁRIO, AS REFORÇA EM MEIOS OU EM FORÇAS PARA INTERVIR NO COMBATE OU PROLONGAR SUA AÇÃO.

A AD

COMANDO DE ARMA

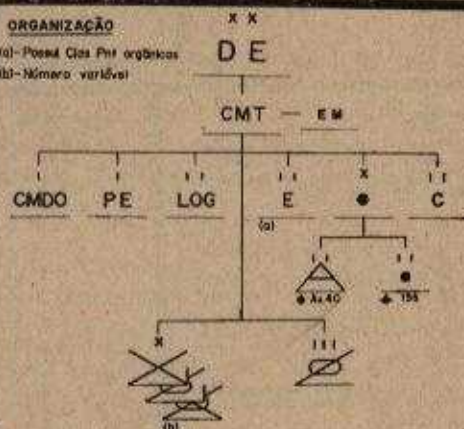
O CMT DE ARMA E O ACESSOR DO CMT DA DIV EM ASSUNTOS DA RESPECTIVA ARMA.

COORDENA E FISCALIZA A INSTRUÇÃO DAS UNIDADES DA ARMA, SEJAM ORÇANICAS, SEJAM ADIDAS, DE ACORDO COM DIRETRIZES DA GU.

ORGANIZAÇÃO

(a) - Possui Cias Pnt orgânicas

(b) - Número variável



A Brigada e em particular a de Cavalaria Blindada:

Note-se que na nova organização a AD está *a priori* descentralizada, podendo vir a centralizar seus Grupos quando a DE passar a controlar as operações.

Tendo em vista que a ação em massa e a centralização são os princípios fundamentais do emprego da Artilharia é lícito concluir que a nova organização experimental não descaracterizou a Arma mas apenas procurou criar condições para, em tempo de paz, estudar e exercitar os casos de emprego mais raros e por isso mesmo de mais difícil execução em situação de crise.

Empregar a Artilharia é manobrar seus fogos e isto requer a centralização do comando e pode englobar, também, a centralização da direção do tiro.

Centralizar o comando significa controlar as funções táticas e administrativas. Em geral, nas operações em força de uma DE a AD centraliza o comando dos grupos existentes na Divisão. Pelo contrário, nas operações a cargo das Brigadas os Grupos que as integram têm seu comando descentralizado da AD.

A BRIGADA

• INF • INF MTZ • INF BLD • INF DE SELVA • PARAQUEDISTA • CAV BLD • CAV MEC •

BRIGADA

É A GU BÁSICA DE COMBINAÇÃO DE ARMAS CUJA CONSTITUIÇÃO LHE CONFERE A CAPACIDADE DE ATUAR INDEPENDENTEMENTE E DE DURAR NA AÇÃO.

INTEGRAM-NA, NUM CONJUNTO EQUILIBRADO, UNIDADES DE COMBATE, DE APOIO AO COMBATE E DE APOIO ADMINISTRATIVO.

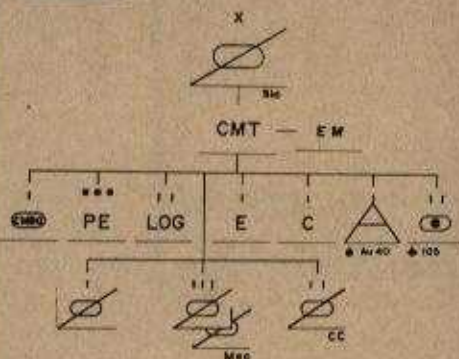
É ELO NA CADEIA DE APOIO ADMINISTRATIVO.

BDA C BLD

É UMA GU FORMADA BÁSICAMENTE POR REG DE CC. SUAS CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS SÃO:

- AÇÃO DE CHOQUE
- MOBILIDADE
- POTENCIA DE FOGO

ORGANIZAÇÃO



Centralizar a direção do tiro significa dirigir-lhe efetivamente o tiro através de um órgão controlador: a Central de Tiro.

A centralização da direção do tiro de todos os Grupos de uma AD não é muito comum; normalmente ela centraliza a direção do tiro dos Grupos com a missão tática de "ação de conjunto" e guarda a possibilidade de vir a centralizá-los, todos, se a situação o exigir.

Para ser possível centralizar a direção do tiro, será necessário que, em relação aos elementos interessados:

- o comando esteja centralizado;
- o tiro esteja organizado (existência de levantamento topográfico ou balístico e de uma Central de Tiro);
- haja adequada rede de observação e de comunicações.

A possibilidade de centralização deverá ser sempre procurada, tendo em vista a necessidade de fogos densos, rápidos e precisos, sobre determinada área momentaneamente julgada prioritária ou decisiva para o êxito da operação em curso.

4.1 — Missão

A missão do Grupo AP não difere muito da dos outros Grupos, pois os Blindados, apesar da couraça e da alta mobilidade, exigem o mesmo apoio cerrado e contínuo que as demais armas.

Quando centralizado no âmbito da AD, a missão normal do Grupo AP é a de Apoio Direto à Brigada de quem é orgânico, desde que esta esteja empregada em primeiro escalão. Com a Brigada na Reserva sua missão normal será Ação de Conjunto devendo ficar em condições de apoiar a Reserva quando empregada. Qualquer outra missão padronizada que se lhe atribuir deverá ser de tal sorte que não comprometa o planejamento e o emprego do Gp AP com a Brigada de quem é orgânico.

Quando empregado no âmbito da Brigada não terá nenhuma das missões padronizadas pois será a única Artilharia da Força e seu emprego será de inteira responsabilidade do Comandante da Brigada. Costuma-se designar este tipo de missão pelo nome genérico de todas as missões não padronizadas — Apoio.

Mesmo cumprindo a missão de apoio o Grupo AP, em princípio, deverá ser mantido com o tiro centralizado, pois sua potência de fogo decorre, particularmente, da capacidade

de concentrar seus fogos bem como a de bater simultaneamente, até 3 alvos e mudar rapidamente de objetivo em toda largura e profundidade da zona de ação da Brigada e isto só se consegue através da Central de Tiro do Grupo. Entretanto, quando a situação exigir poderá ter baterias destacadas junto a Batalhões, Regimentos ou Força Tarefa por tempo relativamente curto, face à reduzida auto-suficiência tático-administrativa da subunidade. A Bateria AP, nesta situação, também terá a missão de Apoio. Não é recomendado o emprego de elementos menores que Bateria por não possuírem um órgão de direção de tiro.

No cumprimento da missão de Apoio o Grupo AP terá as seguintes atribuições:

- cobrir o desenvolvimento do grosso;
- proteger as zonas de reunião, posições de ataque e de reagrupamento dos carros;
- atuar contra os morteiros e artilharia adversários;
- apoiar e proteger, ininterruptamente, o ataque que avança, concentrando ou dispersando seus fogos; cegando com fumígenos os observatórios, neutralizando armas anticarro e resistências inimigas;
- desarticular os contra-ataques; e
- cobrir pelos fogos os flancos ameaçados.

Na defensiva o Grupo AP deve estar particularmente em condições de apoiar, a qualquer momento, forças móveis (Inf — CC) empregadas nos contra-ataques.

4.2 — Desdobramento

4.2.1 — Reconhecimento e área de posição

- O Grupo AP dispõe de tempo muito limitado para seus reconhecimentos e escolha de posição.

- O reconhecimento é, às vezes, feito apenas pelo Cmt do Grupo e alguns membros do EM, precedendo de muito pouco a chegada do Material.
- A escolha de posições é, repetidas vezes, limitada às áreas que permitem maior rapidez de ocupação partindo da coluna de marcha.
- As Posições de Bateria (PB) podem ser bastante avançadas, quase na crista da última elevação atrás da linha de contato.
- O Grupo AP deverá ser capaz de ocupar posição e abrir fogo em um prazo mínimo de tempo, partindo da formação de marcha.

Consideram-se como prazos razoáveis para ter o tiro organizado à base de Prancheta de Tiros Observados (PTO) ou Prancheta de Tiro Topográfico (PTT), 1.^a fase, cerca de 20 minutos.

- Uma Bateria pode, partindo da posição de marcha, atuar à base de Observadores Avançados (O Av) no prazo de 5 minutos.
- O Grupo AP, muitas vezes, ocupa posição como se fosse uma base de fogos, para apoiar ataques frontais ou desbordantes realizando tiro direto.

4.2.2 — *Observação*

- Além do pessoal suficiente para montar 5 Postos de Observação (2 no Grupo e 1 por Bateria de Tiro), o Grupo AP possui 9 Observadores Avançados (O Av), sendo 3 por Bateria de Tiro.
- Nas situações de movimento, raramente o Grupo AP estabelece uma rede completa de observação terrestre. Utiliza ao máximo os meios de observação aérea e os seus O Av.
- Em virtude de serem as Posições de Bateria mais avançadas, os observadores ficam junto delas, o que facilita muito a direção do tiro e as comunicações.

- Deve haver no mínimo 1 (um) O Av junto a cada Companhia ou Esquadrão em primeiro escalão.
- Mesmo que a Infantaria vá sobre os carros de combate ou que os acompanhe de perto, deverá existir O Av destacado junto à Infantaria e aos carros.
- Cada Companhia ou Esquadrão disporá de um carro preparado para o O Av que for destacado para apoiá-la.
- Quando o O Av estiver apoiando um Esquadrão, ele irá em um carro. Quando apoiando a Infantaria, ele deslocar-se-á a pé.
- O Carro de Combate do O Av deverá ser equipado com um rádio que permita entrar na Rede de Comando da Unidade apoiada e na de Direção de Tiro do Grupo.
- Para acompanhar a Infantaria, o O Av destaca um rádio de sua Vtr 1/4 T com o qual é possível entrar na Rede de Comando da Infantaria e na de Direção de Tiro do Grupo.
- Todos os Observadores do Grupo AP são treinados para observar e conduzir os tiros instalados em CC.

4.2.3 — *Comunicações*

- Devido às distâncias cobertas, velocidade de manobra, afastamento entre as Unidades e, geralmente, reduzido tempo de permanência nas mesmas posições, o Grupo AP é obrigado a depender, consideravelmente, do rádio para suas comunicações.
- Sempre que a situação o permita, deverá ser estabelecida a ligação com fio, para possibilitar a manutenção dos aparelhos de rádio e o descanso dos radiooperadores. Na maioria dos casos, serão estabelecidas linhas diretas, entre as Baterias de Tiro e a Central de Tiro do Grupo ou entre os Observadores e a Central de Tiro de Bateria.

4.2.4 — *Ligação*

- Para satisfazer suas necessidades de ligação o Grupo AP dispõe de 4 Oficiais de Ligação (O Lig). Com estes elementos torna-se possível estabelecer ligação constante entre a unidade de Artilharia e as unidades apoiadas.
- O Cmt do Grupo AP estabelece ligação com o Cmt da Brigada e destaca oficiais de ligação para junto de cada uma das Unidades de Carros e de Infantaria da Brigada. Esses oficiais controlam a observação do tiro e coordenam o apoio de fogo dentro das Unidades da Brigada.
- A ligação, permanente e perfeita, é fundamental na Brigada, em vista do caráter altamente móvel das operações blindadas e da necessidade imprescindível de uma completa coordenação durante as ações convergentes.

4.3 — *Organização Topográfica e do Tiro*

- O Grupo AP raramente executa reconhecimentos e levantamento topográfico completo, a não ser em situação defensiva.
- Nas situações móveis, o levantamento topográfico é iniciado logo após a ocupação de posição ou mesmo antes, quando possível. Em geral, a pequena permanência na posição impede o completamento do trabalho.
- Os trabalhos topográficos do Grupo AP são normalmente expeditos e bastante facilitados devido à posição avançada das Baterias e ao dispositivo emassado. No escalão bateria, algumas vezes é dispensado, seja devido ao emprego do O Av, seja pela proximidade PO-PB, seja mesmo pelo emprego do tiro direto.

- Quando o Grupo AP for empregado em apoio a um elemento que realiza um ataque de ruptura, ou em outra qualquer situação onde disponha de tempo, os trabalhos topográficos e os prazos serão os mesmos previstos para os Grupos Rebocados.

4.4 — Segurança

- O Grupo AP depende, em grande parte, de suas próprias armas para a defesa aproximada.
- As áreas de PB devem ser escolhidas, sempre que possível, de maneira a permitir o apoio mútuo entre as Baterias, na defesa contra o inimigo terrestre e aéreo.
- Um Grupo AP apoiando uma Brigada isolada deve ocupar posição dentro do perímetro defensivo da Bda, não somente para aumentar sua própria segurança, como para ficar em condições de apoiar a defesa em todas as direções.

4.5 — Serviços

- Nas situações de grande mobilidade, a Bateria de Serviço do Grupo AP é dividida em duas partes: Trem de Combate e Trem de Estacionamento. O Trem de Combate compreende os elementos indispensáveis para permitir o avanço da Unidade, como sejam: Munição, Combustível, Lubrificante e parte da Seção de Manutenção. O Trem de Combate segue, normalmente, a pequena distância do Grupo, mas pode fazer parte da própria coluna de marcha do Grupo. O Trem de Estacionamento desloca-se, geralmente, com os Trens da Brigada.
- Quando um Grupo atua numa posição tendo previsto seu prosseguimento em curto prazo ou quando re-

força os fogos de um outro, a munição a ser consumida deverá ser estocada nas PB, a fim de manter intacta a dotação orgânica para o apoio ao prosseguimento da operação, especialmente em se tratando de uma perseguição em grande profundidade. Neste caso, é aconselhável aumentar ao máximo as cargas de munição dos veículos.

- O Suprimento de Munição e Combustível constitui o maior problema e, em consequência, a maior restrição para o emprego do Grupo AP.

4.6 — Regras de Emprego

4.6.1 — *No Ataque*

- Se uma Bda vai atacar através de uma brecha, adotando a formação em linha, com dois elementos em 1.º escalão, o Grupo AP terá, em princípio, seu comando e o tiro centralizados fornecendo a massa de seus fogos em apoio aos elementos do 1.º escalão.
- Se a Bda, no início do ataque ficou em 2.º escalão, o Grupo AP poderá ter reforçado os fogos de um outro, ou ter ficado em Ação Conjunta, durante a primeira fase da operação. Para a 2.ª fase, terá suas Baterias reunidas às respectivas colunas apoiadas, assim que estas iniciam a ultrapassagem da Infantaria ficando descentralizadas. Nesta ocasião, os outros Grupos que apóiam as tropas em contato passarão a reforçar os fogos do Grupo AP. Este reforço será feito das posições ocupadas até o limite do alcance dos Grupos em posição.
- Quando à Brigada for atribuída a missão de acelerar a realização de uma penetração iniciada pela Infantaria, ou quando realizar uma própria penetração adotará, geralmente, a formação em coluna, elegendo

uma frente estreita para atacar. O Grupo AP terá seu comando e a direção de tiro centralizado. Só será atribuída Bateria em reforço a um elemento blindado quando for possível para o Grupo centralizado intervir em proveito desse elemento, em curto prazo.

4.6.2 — *Na Perseguição*

- O emprego do Grupo AP deverá ser feito de maneira a assegurar o máximo de potência de fogo, a fim de que a Bda não seja retardada por resistência isolada do Inimigo. O Grupo será em princípio descentralizado. Dependendo, entre outros fatores, da formação adotada pela Brigada ele poderá ser centralizado. Na formação em coluna, em princípio centralizado com elementos destacados ao longo da coluna. Na formação em linha, em princípio descentralizado, conforme a distância entre os eixos de progressão.

4.6.3 — *Na Defesa*

- Quando a Bda se estabelece em frentes compatíveis o emprego do Grupo AP será similar ao do Grupo Rebocado, devendo ser mantido centralizado o comando e a direção do tiro.
- No caso de ser atribuída à Bda uma larga frente o Grupo AP atuará nos mesmos moldes do Rebocado, levando sobre este as vantagens que decorrem de sua grande mobilidade e flexibilidade tática. Neste caso deverá ser mantido descentralizado, podendo ter o comando centralizado dependendo das facilidades de ligações.
- Se a Bda tem como missão assegurar a posse de determinado objetivo até ser substituída, estabelecerá uma defesa em todas as direções, com perímetro defensivo circular, como ocorre também em determinadas

situações na luta contra guerrilheiros. Nestes casos o Grupo AP localiza-se no centro do dispositivo em condições de atender qualquer parte da frente a ser ameaçada pelo Inimigo. A centralização do comando e da direção de tiro se impõem.

4.7 — Fogos

Os fogos realizados pelo Grupo AP, em operações de qualquer natureza, são, como é natural, os mesmos realizados pelos demais Grupos de Art de Campanha.

Cumprе ressaltar, entretanto, que os fogos que visam a neutralizar a Artilharia e as armas anticarro inimigas terão aspecto preponderante em todas as fases das operações.

“Se um dia já homem feito e realizado, sentires que a terra cede aos teus pés, que as tuas obras se desmoronam, que não há ninguém à tua volta para te estender a mão, esquece a tua maturidade, passa pela tua mocidade, volta à tua infância e balbucia entre lágrimas e esperanças as últimas palavras que sempre te restarão na alma: MINHA MAE, MEU PAI!”

RUI BARBOSA

Aspectos do Apoio Logístico nas Operações Aeroterrestres de Curta Duração

Ten Cel Art QEMA
WENCESLAU MALTA

1. INTRODUÇÃO

Nas operações Aeroterrestres, particularmente nas de curta duração, o Apoio Logístico assume características e peculiaridades bem definidas.

Em alguns aspectos embora o planejamento se enquadre na doutrina de Apoio Logístico esquematizada para o nosso Exército a mecânica de execução difere bastante da utilizada nas Operações Terrestres.

Trataremos aqui apenas de alguns aspectos da execução do Apoio Logístico julgados mais interessantes neste tipo de Operação.

2. QUADRO HIPOTÉTICO

Para melhor compreensão imaginemos uma Brigada Para-quedista empregada na conquista e manutenção de uma cabeça-de-ponte aérea à retaguarda do dispositivo inimigo. Pelo planejamento, a junção deverá ser efe-

tuada 72 horas após o assalto aeroterrestre.

Imaginemos ainda que toda a Brigada, inclusive sua Unidade de Apoio Logístico, o Batalhão Logístico Para-quedista, já se deslocou de sua sede para a Área de Aprestamento.

3. EXECUÇÃO DO APOIO

a. Apoio de Manutenção

A manutenção preventiva é desenvolvida em elevado grau desde a fase da preparação nos respectivos aquartelamentos até o momento do embarque das viaturas nas aeronaves, na Área de Aprestamento.

Considerando-se que o deslocamento para o interior da cabeça-de-ponte é por meios aéreos, que durante as ações a serem desenvolvidas naquela área não haja necessidade de movimentos motorizados a grandes distâncias e que a manutenção preventiva foi eficientemente executada pode-se

admitir que os problemas com viaturas não sejam de grande monta. Contudo, equipes de manutenção (mecânica de viatura e de armamento) do Pelotão de Apoio Direto da Cia de Manutenção do Batalhão Logístico Páraquedista reforçarão as Unidades de Combate e de Apoio ao Combate. Tais equipes são lançadas na área de cabeça-de-ponte integrando aquelas Unidades levando em seus equipamentos algum ferramental e peças de reposição de maior índice de mortalidade. Tendo em vista a duração da Operação, a manutenção preventiva realizada e o reforço em mecânicos, pode-se admitir que os problemas de manutenção sejam resolvidos nas próprias Subunidades de Serviço das Unidades empenhadas no assalto aeroterrestre.

b. Apoio de Saúde

Esta atividade assume proporções bem acentuadas nas Operações Aeroterrestres.

É preciso lembrar que, embora sempre planejada, a Evacuação Aeromédica poderá não ser possível realizar. Esta dependerá, em muito, das condições atmosféricas, da disponibilidade de aviões e da superioridade aérea a ser mantida pela nossa Força Aérea.

Por outro lado a Brigada Páraquedista não contará com o Hospital Cirúrgico Móvel normalmente instalado pelo Exército de Campanha nas Operações Terrestres, como é doutrinário. Nes-

tas condições, e provavelmente face ao grande número de baixas sempre admitido em Operações desta natureza, o Apoio de Saúde a ser prestado pela Cia de Saúde do B Log Pqdt terá que contar com maiores recursos tanto em material como em pessoal especializado.

Estes recursos deverão possibilitar a execução de determinadas cirurgias o que extrapola a capacidade de um simples Posto de Triagem. É válido admitir-se então que haverá necessidade de que seja instalado e operado pelo próprio B Log um Hospital Portátil de Campanha.

c. Suprimentos

Embora devam fazer parte do planejamento, vamos admitir que sejam de menos importância para este tipo de Operação os Suprimentos de Classe II (Fardamento e equipamento), Classe IV (Construção), Classe VI (Artigos reembolsáveis), Classe VII (Produtos acabados), Classe VIII (Suprimento de Saúde), Classe IX (Peças e conjuntos de reparação) e Classe X (Suprimento para civis).

Trataremos, aqui, então, apenas das demais classes de suprimento os quais julgamos ser de vital importância para o êxito da Operação.

(1) Classe I (Subsistência)

Dentro do quadro estabelecido neste trabalho podemos admitir

o uso exclusivo de Rações R/2 pelo menos até que seja efetuada a Junção.

O escalonamento do nível de suprimento de Classe I poderá ser assim esquematizado:

- Um dia de suprimento com os próprios homens (distribuído em D-1 na Área de Aprestamento);
- Um dia de suprimento com as Subunidades de Serviços das Unidades participantes do Assalto Aeroterrestre;
- Um ou dois dias de Suprimento com o Batalhão Logístico.

Este Suprimento deve ser mantido, pois constitui a reserva orgânica. Só deverá ser utilizado caso seja interrompido o fluxo de Suprimento (Escalão Recuado — Área-de-Cabeça-de-Ponte). Para que este nível de suprimento seja mantido haverá necessidade de que, diariamente, sejam lançados por pára-quedas ou por desembarque de aviões, do escalão recuado (Área de Aprestamento) para o interior da Cabeça-de-Ponte Aérea, rações R/2 para todo o efetivo existente.

O Suprimento é, em terra, recolhido pelo B Log Pdnt o qual estoca e distribui através do seu P Distr Cl I.

É denominado "Suprimento Automático" o que se executa em relação ao Suprimento de Classe I para o interior da Cabeça-de-Ponte Aérea.

(2) Classe III (Combustível, óleo e lubrificantes)

Todas as viaturas introduzidas na Cabeça-de-Ponte Aérea, seja por lançamento em pára-quedas seja por desembarque de aviões conduzem seus respectivos tanques cheios até 3/4. Além deste combustível as viaturas conduzem também seus camburões reserva cheios até 3/4 de suas capacidades.

O restante do combustível necessário aos três dias de Operações deverá ficar com as próprias Unidades (Subunidades de Serviços) e com o B Log.

Gasolina e óleo deverão ser introduzidos na cabeça-de-ponte aérea no dia D, integrando o Escalão de Acompanhamento, acondicionados em tambores de 200 litros os quais poderão ser lançados em pára-quedas ou transportados em aviões que aterrissam no aeródromo conquistado ou em pistas sumariamente preparadas no interior desta área.

Considerando-se as dimensões da área da cabeça-de-ponte e a característica das ações a serem desenvolvidas, pode-se admitir que o combustível introduzido com o Escalão de Acompanhamento no dia D, seja suficiente para atender às necessidades até a Junção. Contudo, sendo necessário, e atendendo ao pedido formulado pelo COAL (Centro de Operações de Apoio Logístico) ao Escalão Recuado (onde se localiza parte do B Log), poderão ser

feitos novos lançamentos de tambores de gasolina ou óleo.

Normalmente o suprimento CI III enquadra-se, didaticamente, no denominado "Suprimento A PEDIDO". No interior da Cabeça-de-ponte a gasolina é estocada e distribuída às Unidades pelo P Distr CI III da Cia Int/B Log Pqdt.

(3) Classe V (Munição)

Para este tipo de Operação a Classe V constitui, sem dúvida, o ponto mais delicado do Apoio Logístico, particularmente pelo grande volume, peso e quantidade a ser introduzido na cabeça-de-ponte aérea desde o 1.º dia de combate ou do Assalto Aeroterrestre.

Temos que considerar também que a Brigada Pára-quedista não poderá contar com o Posto de Suprimento de Classe V montado e operado pelo Exército de Campanha como é doutrinário nas Operações Terrestres. Desta maneira o B Log Pqdt não fará apenas o controle da munição, cabendo-lhe também e, principalmente, o *suprimento* de Classe V.

Há necessidade de que seja mantido, no interior da cabeça-de-ponte, um nível de três dias de suprimento. Em determinadas situações um nível mínimo de dois dias poderá ser admissível.

Este nível de Suprimento poderá ser assim escalonado:

- Um dia com os homens e as Subunidades de combate e de apoio ao combate;

- Um dia com as Subunidades de Serviços das Unidades (para o efetivo da Unidade);
- Um dia com o B Log (para o efetivo da Brigada).

Parte desta munição deverá ser introduzida na cabeça-de-ponte aérea com o Escalão de Assalto constituindo-se praticamente na munição destinada ao 1.º dia de combate. O restante será introduzido com o Escalão de Acompanhamento, por desembarque ou por lançamento de pára-quedas.

Para a manutenção dos níveis estabelecidos haverá necessidade de que, diariamente, sejam remetidos e lançados no interior da cabeça-de-ponte munição em quantidade igual à consumida.

Esta munição deverá ser lançada diretamente nas Áreas de Trens das Unidades Combatentes.

(4) Água

A água constitui, para o Apoio Logístico nas Operações Aeroterrestres, uma atividade de vital importância e com características bastante singulares.

Em princípio, nas Operações Aeroterrestres a água é considerada como um suprimento de classe com características semelhantes ao de Classe I.

Naturalmente as condições climáticas e meteorológicas e principalmente a existência e a natureza dos cursos d'água da região de Operações determinarão a sistemática do Apoio a ser executado.

Em condições adversas teremos que planejar e executar o suprimento de água pelo ar e até a manutenção de níveis no interior da cabeça-de-ponte aérea.

Para o dia D em que as ações de combate deverão ser mais dinâmicas, particularmente para os Infantes, provavelmente haja necessidades de que estes conduzam, além do seu cantil com água, 1 (um) litro de água em invólucro de plástico, em forma de garrafa. Para não sobrecarregar o combatente este adicional de água poderá ser conduzido nas suas respectivas Subunidades.

Deste modo os níveis de água a serem mantidos poderão ficar assim escalonados:

- Um dia com o combatente ou com este e a sua Subunidade;
- Um dia com as Subunidades de Serviços (para toda a Unidade);
- Um dia com o B Log (para toda a Brigada).

A necessidade da manutenção destes níveis surge da possibilidade sempre presente de que seja interrompido o fluxo de suprimento o qual, como sabemos, é executado por meios aéreos.

A água para os 2.º e 3.º dias poderá ser acondicionada em recipientes plásticos de 20 litros e introduzida na cabeça-de-ponte com o Escalão de Acompanhamento através de lançamento por pára-quedas, por desembarque ou mesmo por lançamento livre à baixa altura.

4. CONCLUSÕES

— A inexistência das instalações de Apoio Logístico do Exército de Campanha é uma constante neste tipo de Operação o que implica em maiores encargos para o Batalhão Logístico Pára-quedista.

— O estabelecimento de níveis de suprimento a serem mantidos no interior da cabeça-de-ponte aérea é fundamental para o êxito de uma Operação Aeroterrestre principalmente pela possibilidade de interrupção do fluxo.

— Para a execução do Apoio Logístico o B Log Pqdt deverá se desdobrar em duas áreas distintas: Escalão Recuado e Área da Cabeça-de-Ponte.

— Nas Operações Aeroterrestres de curta duração poderá ser feito o uso exclusivo de rações R/2.

— O Apoio de Saúde para este tipo de Operação assumirá, provavelmente, proporções elevadas o que implicará em maiores recursos em material e pessoal especializados.

— O Suprimento de água, dependendo das condições da área da Cabeça-de-ponte a ser conquistada, poderá assumir características bem peculiares, cuja mecânica de Apoio se assemelhará à de Suprimento de Classe I.

— Diferentemente dos outros B Log de Brigada e de DE, ao B Log Pqdt caberá também o encargo de executar o suprimento de Classe V para toda a Brigada Pára-quedista em Operações.

Os Cuidados no Uso da Cloracetofenona

Cap Inf

FERNANDO JOAQUIM LOURENÇO
Inst Guerra QBN Escola de
Instrução Especializada

1. Introdução

A cloracetofenona, cujo símbolo é CN, é um gás lacrimogêneo, largamente empregado em distúrbios civis, em exercícios da tropa e em operações antiguerrilha.

Considerado taticamente um agente inquietante, requer determinados cuidados a fim de não causar baixas desnecessárias.

2. Histórico

O CN foi descoberto em 1869 pelo químico alemão Graebe sem ter sido, entretanto, considerado realmente um gás de guerra até o fim da 1ª Guerra Mundial, quando pesquisadores americanos obtiveram um processo de fabricação mais satisfatório.

Atualmente, é a cloracetofenona o agente padrão brasileiro do grupo dos lacrimogêneos e se apresenta em munições na forma de granadas, ampolas ou frascos maiores, dependendo do seu estado físico.

3. Efeitos

Os gases lacrimogêneos causam dor e irritação nos olhos, que reagem com abundante lacrimejamento. Além da ação sobre os olhos, sua principal característica, os lacrimogêneos também irritam a pele. Como agentes inquietantes que são, os lacrimogêneos têm efeitos temporários que diminuem a capacidade combativa do soldado, mas não causam a morte nem a incapacitação prolongada.

4. Cuidados Requeridos

Cremos ser necessário alertar quanto ao emprego da cloracetofenona em instrução de defesa contra gases, em face de efeitos secundários que pode provocar.

Normalmente é utilizada em pistas onde o soldado passa rastejando através de um túnel ou de uma manilha.

A cloracetofenona é pouco solúvel na água, hidrolizando-se lentamente, com a formação de ácido clorídrico e hidroximetilfemilcetona.

Normalmente, esses túneis e manilhas têm, em seu interior, água ou lama, e se aí forem lançadas as granadas de CN, elas funcionarão mesmo que não caiam em área seca, dentro de um período muito curto, reagindo com a água.

O ácido clorídrico, assim formado, provoca queimaduras como qualquer outro e tem inclusive uma leve ação sobre metais.

Em um exercício realizado no Campo de Instrução de Gericinó, nestas condições, houve várias baixas por queimaduras nas regiões abdominais e pubiana.

5. Conclusão

Em experiência realizada no Curso de Guerra QBN, da EsIE, utilizando-se granadas lacrimogêneas, o Ph medido na

água ficou entre os valores 3 e 4, após cinco minutos de contato com vapores de CN.

Para que tais incidentes não ocorram, é necessário a retirada do obstáculo na pista.

Os exercícios com gás devem ser usados e intensificados para dar um maior cunho de realismo às operações, qualquer que seja o escalão.

Para que se evite a formação do ácido clorídrico, no caso de uma manilha que no seu interior tenha lama e água, há necessidade de fazer a descontaminação com soluções alcoólicas de soda cáustica ou soluções fortes de carbonato de sódio, além de serem retiradas do seu interior a água e a lama preferencialmente.

Mesmo que não haja na manilha ou túnel, água e lama, as suas extremidades não devem ser fechadas para aproveitamento da concentração para outros grupos de homens. Ao término de cada exercício, o túnel deverá sofrer o mesmo processo de descontaminação acima citado, evitando-se a formação de ácido clorídrico proveniente da condensação do vapor d'água, no caso de queda de temperatura (à noite) ou em casos de chuva.

A eficiência de todo exército depende de diversos fatores, mas um deles se destaca — o moral. Podemos dispor de todo o material existente no mundo; sem moral pouco conseguiremos. Esse fator que temos de considerar antes de mais nada, é determinado por diversas condições; em primeiro lugar, depende naturalmente do prestígio dos chefes, da disponibilidade de equipamento e, afinal de contas, da população que permanece na Zona do Interior.

GEN G. MARSHALL

Como Comprar um Revólver para Tiro ao Alvo

Maj Art QEMA
RONALDO MARCELLO A. MARTINS
e
RICARDO FERNANDES DE FREITAS
da Federação Carioca de Tiro

A) O COMPRADOR

Quantas vezes já vimos alguém comprar uma arma? Tratando-se de uma arma curta — abordaremos, especificamente o caso do revólver no presente artigo — a figura do comprador é realmente algo de interessante. Normalmente, ele só sabe que quer um revólver. Não sabe para que, nem de que marca, nem de que calibre ou tipo. Olha diversas armas, segura-as, aponta-as, puxa o gatilho, abre o tambor, torna a olhar as armas, sem nada ver e acaba decidindo-se em função do preço.



B) A ARMA

Não entraremos em detalhes sobre quais as características quanto ao comprimento do cano e quanto ao calibre da arma, pois são variáveis da finalidade — defesa pessoal, tiro esportivo, tiro ao alvo, etc.

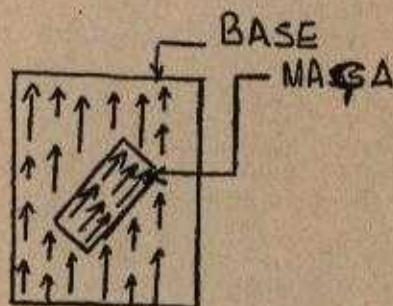
Trataremos, isto sim, de itens que são de um modo geral comum a todas elas e mais particularmente das características necessárias a uma arma para a prática de tiro ao alvo.

C) O QUE EXAMINAR NUMA ARMA

1. Maça de mira

1.1. Polimento

A maça de mira não deve ser polida. É importante que ela não reflita a luz na vista do atirador, para não prejudicar a visada. Especificamente, no tiro ao alvo, uma superfície anti-refletiva evita o emprego da fumaça de vela, óleo, etc., o que sempre prejudica a oxidação da arma.



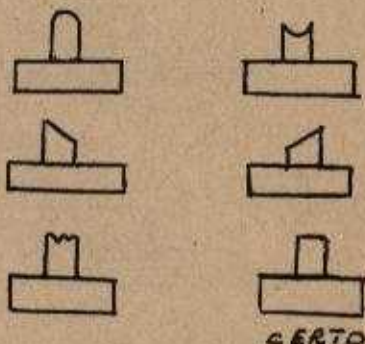
1.2. Envisamento da maça

Algumas maças são coladas na base. Não tendo sido perfeito este trabalho, a visada resulta imperfeita, pois o atirador enxerga além da parte posterior da maça alguma coisa mais de uma de suas partes laterais.

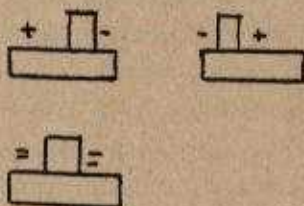
Acresce-se o fato dessas laterais serem polidas irregularmente, ocasionando deste modo reflexos que prejudicam a pontaria.

1.3. Face Superior da Maça

A face superior deve ser plana. Somente as armas destinadas à defesa pessoal (tiro a curta distância) podem se dar ao luxo de desprezar tal detalhe. As superfícies inclinadas, côncavas ou convexas prejudicam a precisão tão necessária ao tiro.



1.4. Centralização da Maça em Relação a sua Base



Os desenhos ao lado são bastante explícitos quanto ao tópico. Uma arma com este defeito, não se presta para a prática do tiro ao alvo.

1.5. Fixação da Maça

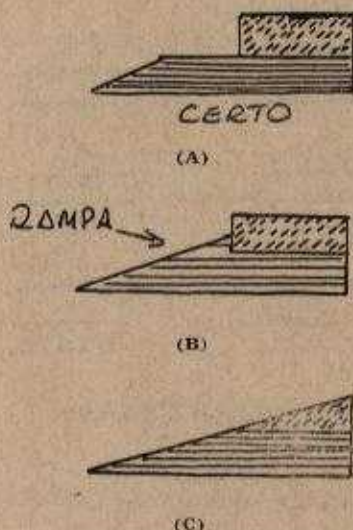
Há dois processos que podem ser utilizados na fixação da maça. Um utiliza cola e o outro um pino ou parafuso. Acharmos que o segundo, fixando a maça numa ranhura do cano, a tornaria mais firme, facilitando mesmo a sua remoção, se necessário.

1.6. Largura da Maça de Mira

A maça de mira, sendo muito fina, permite entrada excessiva de luz, ocasionando dificuldades ao atirador para enxergá-la.



1.7. Desenho da Maça



Há vários modelos de maça de mira. Para o tiro ao alvo, acreditamos que o melhor desenho seja aquele, onde a rampa não chega até a alça. Veja-se a figura ao lado. Em (a) a rampa termina no mesmo plano da base da alça. Isto dificulta o aparecimento de reflexos que possam perturbar a pontaria. O mesmo não ocorre, nem em (b), nem em (c).

2. Peso e equilíbrio

Um revólver deve ser perfeitamente equilibrado. Um cano excessivamente curto (ou longo) ou demasiadamente pesado (reforçado) impedem este equilíbrio. No tiro ao alvo o comprimento máximo do cano é de 6".

O peso é também importante. Nem muito leve, nem pesado em demasia.

Como exemplo do que foi anteriormente dito, daremos o peso de quatro armas (escolhidas ao acaso) produzidas no Brasil para a prática do tiro ao alvo.

RV .22	1.168,3g e 1.164,3g
Rv .38	1.032,3g e 1.031,2g

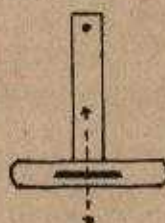
Normalmente, os canos são tratados do mesmo modo até a fase de ralamento, quando são empregados alargadores de calibres diferentes.

Os números anteriores indicam que as armas cal .22 acima têm o cano muito pesado. Disto resulta o desequilíbrio da arma e o cansaço do atirador.

3. Alça de mira

3.1. Quadro da Alça de Mira

Nas armas de mira regulável, o material empregado nesta peça deve ser de muito boa qualidade. Igualmente, deve ficar fixo na armação da arma, de modo a não oscilar para nenhum lado.



3.2. Tamanho da Alça

Quer a alça, quer a maça de mira, não podem ser desproporcionais entre si. Se tal ocorrer, o tiro não poderá ser controlado em altura.

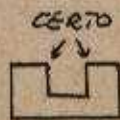
Evidentemente, este item só poderá ser observado no estande com a realização do tiro real.

As soluções para este caso (o tiro não pode ser abaixado, por exemplo), quando os *clicks* não são suficientes, seriam:

- 1º — Diminuir a altura da alça;
- 2º — Aumentar a altura da maça.

A segunda alternativa é a mais simples (para *quebra-galho* o Durepoxi resolve).

3.3. Aresta Superior da Alça



Os ângulos do quadro de visada devem ser sempre retos. A parte superior da alça deve ser em ângulos retos e não ter as suas arestas aplanadas, formando linhas curvas. Quando isto acontece, fica difícil ao atirador conjugar alça e maça.

3.4. Fixação da Alça

É outro detalhe que só pode ser constatado com a execução do tiro real.

A alça de mira é fixada na armação por um pequeno parafuso. Com a sucessão dos disparos, este parafuso tende a afrouxar-se e a alça passa a oscilar no seu encaixe.

3.5. *Folgas Laterais*

Não deve haver folgas entre a haste de fixação da alça e o seu entalhe na armação.

Se ocorrer um deslocamento após o disparo, por menor que ele seja, haverá, um grande desvio no impacto do projétil, no próximo disparo, lá no alvo.

3.6 *Clicks*

A regulagem da alça de mira, tanto em altura como em direção, é feita por dois parafusos que, ao serem acionados, devem produzir um ruído semelhante a um "click" e apresentar uma resistência ao seu acionamento que indicam ter sido atingido mais um grau da regulagem. Cada click corresponde, aproximadamente, a um desvio de 1 cm do ponto de impacto do projétil no alvo (a 25 m).

Ao atirar no estande, pode ocorrer que o atirador ao girar o parafuso, não obtenha o deslocamento desejado em direção. O remédio no caso será trocar a pequena mola responsável pela impulsão lateral.

4. *Tambor*

4.1 *Chaveta do Tambor*

Quando, com o gatilho desarmado, o tambor gira no sentido contrário ao imprimido pelo impulsor do tambor, é sinal que a chaveta está muito baixa, não encaixando no tambor.

4.2. *Atrito excessivo do tambor com seu eixo*

Sempre que o tambor gira, ele atrita com o seu eixo. Ora, não havendo polimento entre estas partes, o atrito ocasiona um desgaste excessivo em ambas as peças.

Fruto deste desgaste constante, surgem as folgas, não obstante o uso contínuo de lubrificantes.

Num revólver novo estas folgas, praticamente, inexistem.

4.3. *Ajuste entre o tambor e seu eixo*

Se o tambor e seu eixo não estão ajustados, também não estarão no mesmo prolongamento o extrator, a câmara de explosão e a entrada do cano. Não estando estas peças na posição correta, ao ser feito o disparo o projétil antes de atingir o interior do cano, esbarrará em suas bordas, estilhaçando-se parcialmente.

Quando isto ocorrer, estaremos realizando um disparo impreciso e sem segurança.

O projétil, indo de encontro às paredes do cano, sofrerá deformações. Estas deformações, sob a resistência oferecida pelo ar, servirão para desviar o projétil de sua trajetória de uma forma sempre imprevisível.

Quanto aos estilhaços, vindo estes também para trás, poderão atingir o atirador ou seu vizinho.

4.4. *Superfície de encaixe do extrator*

O extrator aloja-se face a face com o tambor. No tambor encontramos dois pinos de fixação do extrator. Estes pinos são colocados em seus furos no tambor, manualmente. A operação de fixação dos mesmos também é manual, sendo feita com o emprego de um martelo e uma punção de ponta oca.

Nesta operação, a ferramenta pode deixar sinais claros de sua atuação. Neste caso, surgem ondulações, conforme vemos na figura abaixo:



É esta superfície ondulada que irá receber a superfície plana do extrator.

Ambas superfícies não se tocarão, de forma igual, em toda a sua extensão, surgindo, assim, espaços vazios.

Após uma violenta martelada sobre o extrator são abertas no conjunto acima as câmaras de explosão.



O indivíduo candidato a aquisição de um revólver deve examinar cuidadosamente esta face do tambor, na procura de possíveis espaços vazios.

4.5. Espaços vazios

Nos espaços vazios, existentes entre as faces do tambor e do extrator, acumulam-se gases provenientes da combustão da pólvora. Em função da expansão destes gases, o extrator será jogado violentamente para a retaguarda. Quando isto ocorrer, o cartucho não terá suas paredes laterais protegidas, dilatando-se, então, e convertendo-se em buchas metálicas no interior da câmara.

Os espaços vazios favorecem, também, o acúmulo de impurezas provenientes da queima da pólvora que agem como abrasivos sobre as peças já defeituosas.

5. Extrator

5.1. *Mola do Extrator*

Quando a mola estiver fraca, ela não permitirá o retorno do extrator ao seu encaixe no tambor.

5.2. *Entalhes que Recebem o Impulsor do Tambor*

Os entalhes do extrator podem apresentar rebarbas de metal que dificultarão o perfeito acionamento do gatilho, ocasionando não só arrastos como variações no peso do gatilho.

É de todo interesse que o comprador examine o fresamento desta parte do extrator.

6. Cão

6.1. *Curso do Cão*

Não deve ser muito longo em uma arma destinada ao tiro ao alvo. No curso do cão, até o cartucho ser percutido, o atirador poderá apresentar uma série de rápidas reações (de fundo nervoso) que influenciarão no resultado do disparo.

Em consequência, quanto menor for este curso, melhor.

6.2. *Desenho do Cão*

Ao ser armado o cão, sua tecla não deverá impedir que o atirador adote uma empunhadura a mais alta possível, dentro da técnica do tiro ao alvo. Face a determinadas teclas, o atirador se vê obrigado a uma empunhadura baixa.

6.3. *Parte Serrilhada da Tecla*

Deve, além de oferecer uma boa área de apoio para a operação de armar o cão, ser fresada convenientemente, de

modo que o polegar não deslize, mesmo úmido de suor. Deste modo, ficarão reduzidas as oportunidades de um disparo acidental.

6.4. *Folga do Cão*

O curso semicircular do cão é determinado por um pino, em torno do qual ele gira, impulsionado pela mola real e pela haste da mola real.

O cão deve ser forçado para ambos os lados. Havendo folga, o cão roçará na armação da arma, influenciando negativamente na obtenção de um bom resultado.

7. *Percursor ou percutor*

Nas armas calibre .22 a ponta do percursor ou percutor não pode ser afiada como uma lâmina. Quando isto acontece, o culote do cartucho é quase cortado, favorecendo o seu estufamento.

8. *Gatilho*

8.1. *Tecias do Gatilho*

Não deve ser muito estreita. Uma pequena área de apoio para o indicador favorece uma posição forçada da mão do atirador, obrigando também que o dedo fique muito próximo da lateral da armação da arma.

9. *Diversos*

9.1. *Oxidação*

A melhor oxidação é a do tipo "blue". Todas as peças devem ter a mesma coloração. Não deve haver pontos de ferrugens.

9.2. *Ferrolho do Tambor*

O orifício por onde se comunica com a parte interna, não deve ser muito grande e ficar sobrando por baixo do ferrolho, favorecendo a entrada de poeira e outras impurezas.

9.3. *Parafusos*

Sendo feitos de material resistente, não se deformam com facilidade, não se afrouxam com os disparos, nem sofrem ação da ferrugem.

9.4. *Polimento das Peças Internas*

Normalmente, muito poucas são as peças internas que sofrem polimento. As rebarbas de metal devem ser procuradas.

10. *Conclusão*

Acreditamos que os tópicos aqui abordados possam orientar ao futuro comprador, muito embora, face à limitada variedade de marcas e modelos existentes no mercado, o atirador encontre realmente dificuldade em adquirir uma boa arma.

Se o problema for resultante do tamanho da mão do atirador, artifícios como calços especiais ou empunhaduras anatômicas poderão ser a solução.

*Além da terra, além do infinito, eu procurava,
em vão, o céu e o inferno, mas uma voz me disse:
O céu e o inferno estão em ti mesmo.*

(OMAR KHAYAN)

Subsídios para um Manual de Tiro ao Alvo

II PARTE

Maj Art QEMA

RONALDO MARCELLO A. MARTINS

O presente trabalho pretende dar continuidade ao que foi publicado com o mesmo título na Defesa Nacional n.º 655, de mai/jun 1974, visando auxiliar a formação do atirador de armas curtas.

ARMAS CURTAS

ARTIGO I — A ARMA CURTA PARA A DEFESA PESSOAL

Os pontos de vista expressos neste artigo são o resultado da condensação de um artigo do TC Morris Herbert do Exército dos Estados Unidos.

Nos últimos tempos, começaram a surgir reclamações contra a pistola Colt 45. Sua imprecisão, antiguidade (Mod. 1911) e calibre pouco comum têm sido as principais objeções levantadas.

A arma curta destina-se à proteção física do usuário. O alvo será sempre o homem, deslocando-se rapidamente e de uma maneira agressiva. Dela espera-se que seja capaz de atingir e incapacitar um homem a pequena distância, nunca

maior que 25 metros, todas as vezes que o gatilho for comprimido.

Para ser considerada uma boa arma de defesa pessoal, a arma curta deve satisfazer os seguintes requisitos:

- *Grau de confiança*: quando se aperta o gatilho a arma deve disparar.
- *Rusticidade*: a arma deve ser de fácil manutenção e funcionar sob quaisquer condições.
- *Potência*: o impacto a menos de 25m deve transmitir ao alvo (um homem armado) uma energia cinética suficiente para torná-lo incapaz de qualquer ação ofensiva.
- *Precisão*: disparado um carregador com a arma em posição fixa, o diâmetro do grupamento a 25m não deve ser maior do que 8cm.
- *Comodidade*: deve ser automática e de dupla ação; seu peso não deve exceder 1 kg; o comprimento do cano não deve ser maior que 12,7 (5 polegadas); o ângulo do cano com o punho deve estar entre 110 e 120 graus; o recuo não deve produzir mais que 0,69 m.kgf (quilográmetro) de energia.

A rusticidade e o grau de confiança de uma arma se confundem, pois a rusticidade e a solidez contribuem para o grau de confiança.

Sob condições adversas o revólver não pode comparar-se com a pistola. Tendo maior número de aberturas para acumular poeira, o revólver emperra mais facilmente e exige limpeza mais freqüente. A rotatividade do tambor prejudica a sua solidez.

Apesar disto tudo, o revólver inspira mais confiança do que a pistola. Ao ocorrer uma *nega*, num revólver de dupla

ação, o acionamento do gatilho novamente, leva outro cartucho à posição de tiro, proporcionando o disparo — tudo com um único movimento do atirador. Na pistola, no caso de *nega*, torna-se necessário o uso de ambas as mãos para concretizar a ejeção e a introdução de novo cartucho na câmara. Isto demanda tempo e trabalho. Entre as armas curtas automáticas norte-americanas, a única exceção é a pistola Smith & Wesson Mod. 39 de 9mm, que é de dupla ação.

Embora com esta grande desvantagem, a pistola Colt .45 não apresenta rival entre as armas curtas, quanto à rusticidade e ao grau de confiança, graças à segurança da munição atual. Não sendo uma arma complicada, é, facilmente, mantida em condições de tiro.

A aferição da eficácia (ou ação de choque) de um tiro é, geralmente, feita pela medida da energia cinética ($mv^2/2$) da bala antes e depois de atravessar o alvo. A diferença corresponderá, aproximadamente, ao dano causado.

A figura 1 mostra a medida em quilogramas da energia cinética transferida ao alvo por sete armas curtas conhecidas.

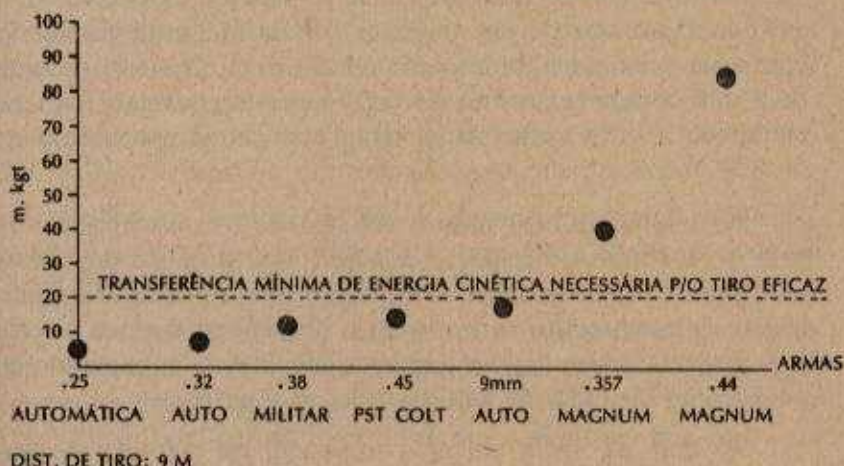


Figura 1

Considera-se que um projétil deve exercer sobre o alvo um trabalho mínimo de 22 quilogrametros para que sua ação de choque seja aceitável.

Quando uma bala de arma curta se choca contra um bloco de gelatina, sua velocidade estará entre Mach 0,7 e Mach 1,3 e o impacto pode ser ou não acompanhado por uma onda de choque.

A velocidade do som é consideravelmente maior no tecido humano que no ar; a velocidade do projétil será porém subsônica enquanto atravessa o alvo. Nas velocidades aqui consideradas, a onda de choque no ar terá pouco efeito sobre o alvo, mas pode causar uma onda de pressão que se deslocará através do alvo com velocidade sônica, precedendo o projétil.

A bala, entretanto, progredindo através do alvo com a velocidade de centenas de metros por segundo, desloca os tecidos e os fluídos que atinge de passagem e essas partículas se projetam a grande velocidade, causando no interior dos tecidos o fenômeno da cavitação — formação temporária de uma cavidade de volume muito maior que o produzido pela bala.

Sob o ponto de vista do efeito de choque, o tiro da Colt .45 é ineficaz, transferindo ao alvo apenas 14,5 quilogrametros com uma velocidade de impacto de 244 m/s. O efeito da bala de 9 mm com sete gramas de peso é apenas parcial, transferindo ao alvo 19,4 quilogrametros de energia a uma velocidade de 369 m/s.

Contribui também para a eficácia do tiro a impulsão da bala no instante do impacto, medida pelo produto da massa pela velocidade do projétil. A impulsão é na realidade, a quantidade de movimento com a qual o projétil se desloca contra a resistência, sendo assim uma boa medida da capacidade de penetração da bala em um alvo denso e espesso.

No caso da arma curta, a impulsão no instante do impacto deve ser no mínimo de 0,23 kgf. s para imprimir à bala

um poder de penetração satisfatório contra ossos, músculos e tendões. São apresentados a seguir os valores da impulsão no instante do impacto para as armas curtas citadas na figura 1:

Automática .25	0,08 kgf. s
Automática .32	0,12 kgf. s
Revólver .38	0,27 kgf. s
Colt .45	0,39 kgf. s
Automática 9mm	0,28 kgf. s
Magnum .357	0,41 kgf. s
Magnum .44	0,74 kgf. s

Como se observa a Colt .45 tem boa impulsão no instante do impacto, mas transfere ao alvo pouca energia.

A maior queixa contra a Colt .45 é a imprecisão. De fato, seu aparelho de pontaria é precário. A dificuldade em fazer e manter a pontaria se deve, principalmente, a um ângulo defeituoso entre o punho e o cano (107 graus) e secundariamente ao peso exagerado (1,1 kg). É uma arma difícil para o tiro de precisão e para ser dominada, exige horas e horas de instrução e de prática.

As opiniões se dividem sobre o limite de peso que deve ser imposto à arma curta. A Magnum .44 (1300 gramas) exige, praticamente, ambas as mãos e um tripé para mantê-la apontada. Além disso, nem todos poderão suportar por muito tempo seu peso excessivo. Do outro extremo está a pistola .25, pesando menos de meio quilo e por isso também desconfortável. Sua leveza é uma desvantagem na pontaria.

Entre as armas curtas modernas, as mais "jeitosas" quanto ao peso são as pistolas automáticas Smith & Wesson com 750 g e a Luger com 850 g.

A melhor qualidade da pólvora e das escorvas modernas aumentaram a velocidade inicial a um ponto de dispensar um cano muito comprido. Um cano menor que 3" (7,62cm) prejudica a pontaria e a precisão. Exige-se por isso um mínimo de 4" (10,2cm) e o máximo de 5" (12,7cm), o que

COMPARAÇÃO DE ARMAS CURTAS									
ARMAS	Peso (kg)	Comprimento do Cano (Cm)	Calibre	Capacidade do Carregador ou Tambor	Dupla-Ação?	Ângulo Punho-Cano	Peso do Projétil (g)	Velocidade Inicial (m/s)	Energia Cinética no Impacto (a 25 m de distância) (ml. Kg)
AUTOMÁTICAS	0,28	6,03	. 25"	6	Não	107°	3,25	228	7,4
	0,62	9,52	. 32"	8	Não	106°	4,60	256	13,7
	1,10	12,70	. 38"	9	Não	107°	8,50	390	54,8
	0,75	10,13	9 mm	8	Sim	109°	7,70	372	47,2
	0,91	11,83	9 mm	13	Não	103°	7,70	375	48,0
	0,85	10,16	9 mm	8	Não	124°	7,70	372	47,2
	0,96	12,06	9 mm	8	Sim	106°	7,70	375	48,0
	1,10	12,70	. 45"	7	Não	107°	15,30	251	42,0
	0,96	10,16	. 38"	6	Sim	111°	10,30	259	30,8
	1,00	10,16	. 357"	6	Sim	106°	10,30	392	69,9
REVOLVERES	1,30	16,51	. 44"	6	Sim	106°	16,00	463	147,4
S & W Mod 10									
S & W Magnum de Crub Cmb									

Figura 2

é suficiente para se obter uma velocidade inicial adequada. A precisão intrínseca da arma não é afetada pelo comprimento do cano, desde que seja capaz de imprimir ao projétil uma rotação suficiente. E isto pode ser obtido com um cano de três polegadas.

Para que uma arma tenha boa empunhadura, esse ângulo deve ter no mínimo 110 graus. Entre as armas automáticas apresentadas na fig. 2, apenas a Luger alemã da 2ª GM tem esse ângulo mínimo. A Luger oferece uma boa empunhadura a 124 graus.

A mão do atirador não deve absorver mais que 0,69m. kgf de energia proveniente do recuo, a fim de não tornar o tiro desconfortável. A Magnum .44 recua com cerca de 2,5m. kgf, enquanto as automáticas de 9mm variam em torno de 0,5m. kgf e a Colt .45 de 0,62m. kgf. O limite de 0,69m. kgf é arbitrário. Se tivermos muito mais do que isso, a maioria dos atiradores tenderá a cair para trás, perder a pontaria ou então ficar com medo de puxar o gatilho.

Quanto ao critério da comodidade, a Colt .45 é certamente demasiado pesada. As dimensões são boas, mas a característica de ação simples é inaceitável numa arma moderna. O recuo está dentro dos limites, mas o ângulo cano-punho é muito pequeno para uma pontaria precisa. Entre as armas atuais, apenas a Belga Browning carrega mais de 10 tiros e nenhuma tem menos que os sete da Colt .45.

Confrontada com os critérios acima estabelecidos a Colt .45 tem boas características de rusticidade e grau de confiança e precisão satisfatórios, mas não oferece um poder de choque suficiente e sobretudo não satisfaz aos requisitos de comodidade.

Por outro lado, quando submetida aos mesmos cinco critérios, a lista de possíveis substitutos para a Colt .45 se reduz rapidamente. A fig. 2 mostra uma ligeira comparação

entre 10 armas curtas modernas. Cotejados com o Colt .45 todos os candidatos ficam muito abaixo quanto à rusticidade e ao grau de confiança.

Esta é talvez a chave do problema. O efeito de uma arma é importante, mas nada supera o grau de confiança. E quanto a isso, serão necessários muitos testes exaustivos antes que alguma arma automática possa igualar a Colt .45.

ARTIGO II — A ARMA CURTA PARA COMPETIÇÕES

O presente artigo tem por objetivo servir de orientação ao atirador iniciante nos segredos do tiro ao alvo.

Grande parte dos bons resultados alcançados em um determinado tipo de prova, o atirador deve a sua arma. A escolha da arma correta é, portanto, de fundamental importância.

A ISU (International Shooting Union) regulamentou as características que devem possuir as armas para as competições de Fogo Central, Tiro rápido, Pistola Standart, Pistola Livre, etc.

1. Fogo Central

É permitido a utilização quer de revólver, quer de pistola, desde que seus calibres estejam entre 7,6 mm e 9,65 mm (incluindo os calibres .30, .32, 320, 32-20, 35, 357, 38 e 380). Devem possuir, ainda, as seguintes características:

— o cano não deve ter mais que 153 mm (6") de comprimento. A altura do cano, incluindo todos os acessórios, não deve exceder 40 mm;

— o peso da arma, incluindo contrapesos e o carregador, não deve exceder 1.360 g. São permitidos contrapesos fixos;

— não pode ser usado freio de boca ou qualquer outro dispositivo para amortecer o recuo;

— a distância entre a alça e a maça não deve ser maior que 22 cm;

— a maça não pode ultrapassar a boca da arma e a alça não pode exceder além do mecanismo da arma mais a retaguarda;

— a linha de mira não pode ser alterada durante a prova, diminuindo-se a distância entre a maça e a alça de mira;

— aparelhos óticos e pilhas não são permitidos nas miras;

— as miras podem ser ajustadas com parafusos micro-métricos vertical e horizontal;

— a precisão de escape do gatilho será no mínimo de 1,360 g., medidas na vertical, estando o cano da arma, também, na vertical;

— os contrapesos não podem ultrapassar a boca do cano da arma;

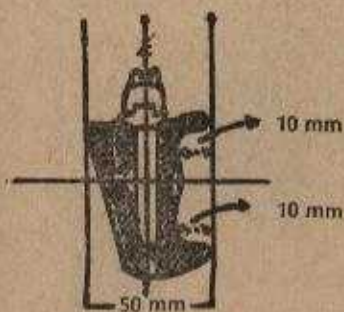


Figura 3

— todas as dimensões da arma são limitadas, de modo que a mesma possa caber completamente dentro de uma caixa com as seguintes medidas internas: 30 cm x 15 cm x 5 cm;

— a coronha deve ser fixa (não pode ser ajustada durante a competição);

— as dimensões da coronha não podem exceder as especificadas na figura 3.

— a noz da empunhadura ou armação da pistola que se projeta para trás, formando uma concavidade onde se aloja a parte da mão entre o polegar e o dedo indicador, não pode ter mais do que 3 cm, medidos de uma linha que toca as partes da arma e coronha mais à retaguarda (linha contida no plano do eixo axial do cano) e a parte mais profunda da concavidade. Figura 4.

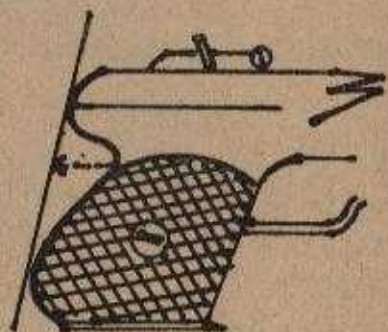


Figura 4

A maioria dos atiradores da FCT dá preferência ao revólver Smith & Wesson k-38 Modelo n.º 14.

Calibre: .38

N.º de tiros: 6

Cano: 6"

Miras: ajustáveis.



Figura 5

A pistola Smith & Wesson .38 Master é utilizada por alguns poucos atiradores.

Calibre: .38

Carregador: 5 tiros

Cano: 5"

Miras: ajustáveis.



Figura 6

2. Tiro Rápido (*)

Qualquer arma de calibre .22 (5,6mm) pode ser usada, com as seguintes especificações:

- a) a arma deve ser examinada e aprovada sob o ponto de vista de segurança;
- b) não é permitido o uso de miras óticas ou de espelhos;
- c) o peso da arma incluindo contrapesos e o carregador, não deve exceder 1.260 g;
- d) o eixo longitudinal do cano da arma deve passar acima da parte mais alta da mão, quando em posição de tiro;

(*) O tiro às silhuetas passou a denominar-se tiro rápido (N. do A.).

e) a altura do cano com todos os acessórios (com exceção do gatilho e do guarda mato), não deve exceder 40 mm;

f) todas as dimensões da arma são limitadas de modo a permitir à mesma caber completamente dentro de uma caixa com as seguintes medidas interiores: 30 cm x 15 cm x 5cm (com uma margem de tolerância de 5% em uma das dimensões);

g) as empunhaduras especiais são permitidas, desde que permaneçam todas as dimensões conforme a letra "f" acima;

h) a coronha não deve se exceder, a fim de não dar qualquer apoio artificial acima do pulso, o qual deve permanecer absolutamente livre, quando a mão é levada para a posição de tiro;

i) o atirador deve usar a mesma arma em todas as séries da prova. Se a arma apresentar panes ou falhas, que não permitam continuar a prova, poderá usar outra arma do mesmo tipo, que entretanto deve satisfazer às condições do regulamento;

j) Munição — qualquer munição cal. .22 (5,6mm) Commercial "Rim fire" é permitida. O projétil deve ser de chumbo ou de outro material maleável semelhante ao chumbo.

Face ao exposto anteriormente, vê-se que qualquer arma que utilize o cartucho .22 Rim Fire pode ser usada. A opção é feita, evidentemente, entre as pistolas que utilizam a munição .22 Short. Destacam-se na preferência dos atiradores as seguintes armas:

a) High-Standard nos seus modelos Olympic I.U.S. Target e Olympic I.S.U. Military. Apresenta o inconveniente de "pular" muito. Sua maior vantagem está no preço de custo.

Calibre: .22 Short
 Carregador: 10 tiros
 Cano: 6 3/4"
 Mira: ajustável



Figura 7

b) Walther Osp Rapid Fire Match Pistol. Uma boa arma com preço intermediário.

Calibre: .22 Short
 Carregador: 5 tiros
 Mira: ajustável



Figura 8

c) Hammerli Internacional Auto Pistol. Nos seus modelos 206, 207, 209 e 210. É uma excelente arma, sendo somente dificultada a sua aquisição pelo elevado preço com que é encontrada no mercado.

Calibre: .22 Short
 Mira: ajustável



Figura 9

3. Pistola Standard

Qualquer arma calibre .22 (5,6mm) pistola ou revólver que possua as seguintes especificações, pode ser usada em competição de pistola Standard.

a) É proibido o freio de boca ou qualquer dispositivo que funcione com esta finalidade.

b) O cano da arma não deve ter mais que 153 mm (6 polegadas) de comprimento. A altura do cano, incluindo todos acessórios (miras, etc.), não deve exceder 40 mm.

c) O peso da arma, incluindo contrapeso e o carregador, não deve exceder 1360 g. (3 libras). Contrapesos fixos são permitidos.

d) A distância entre a maçã e a alça não deve ter mais de 220 mm, e esta distância não pode ser alterada durante a prova.

e) Meios óticos ou espelhos não são permitidos.

f) As miras podem ser ajustadas com parafusos micro-métricos, vertical e horizontal.

g) A pressão de escape do gatilho será no mínimo de 1000g., medida no sentido vertical, estando o cano da arma também na vertical.

h) A maçã ou contrapesos não podem ultrapassar a frente da boca, do cano da arma.

i) O eixo longitudinal do cano da arma deve passar acima da parte mais alta da mão, quando em posição de tiro.

j) Todas as dimensões da arma são limitadas, de modo a que a mesma possa caber completamente dentro de uma caixa com as seguintes medidas 30 cm x 15 cm x 5 cm.

l) A noz da empunhadura ou armação da arma que se projeta para trás, formando uma concavidade, onde se aloja a parte da mão entre o polegar e o dedo indicador, não pode ter mais de 3 cm, medidos de uma linha que toca as partes da arma e coronha mais a retaguarda, linha contida no plano do eixo axial do cano e a parte mais profunda da concavidade.

m) A coronha deve ser fixa, isto é, não ser ajustável durante a competição.

n) Apoio para polegar e palma da mão são permitidos, desde que permaneçam as demais dimensões.

o) O atirador deve usar a mesma arma em todas as séries da prova.

Se a arma apresentar pane ou falhas, que não permitam continuar a prova, o júri decidirá e dará permissão para continuar com outra arma do mesmo tipo da anterior, devendo entretanto satisfazer as condições do regulamento.

p) Munição: Todos Cal .22 (5,6 mm) de designação comercial LONG RIFLE, (munição Rim Fire). Os projetis devem ser de chumbo ou de material maleável semelhante ao chumbo.

Os diversos modelos de armas utilizadas nos estandes da Guanabara, podem ser condensados nas três marcas de fabricantes apresentadas, anteriormente, para o tiro rápido às silhuetas. É óbvio, que utilizando o cartucho .22 LR.

4. Pistola Livre

A prova de Pistola Livre consiste em 15 tiros de ensaio e 60 de prova (6 séries de 10 tiros). Tempo — 2 horas e 30 minutos.

A distância é de 50 metros. As armas devem ter o calibre de 5,6 mm (.22") e calçar o cartucho LR.



Figura 10

As pistolas para esta competição têm o gatilho extremamente sensível e são de ação simples. O carregamento é feito tiro a tiro.

A pistola HAMMERLI MATCH PISTOL nos mods. 104 e 105 são as preferidas.

SÍNTESE DE ARTIGOS DE INTERESSE

FRANÇA

PUBLICAÇÃO: Défense Nationale — Jan 75.

ARTIGO — Perspectives de La Guerre Meteorologique et Géophysique

Un Exemple Concret:

Les Operations de Fluies Provoquées en Indochine

AUTOR — Pierre Granville

SINOPSE: O artigo principia com a discussão sobre o problema da guerra meteorológica e geofísica depois que se tomou conhecimento da utilização, pelos americanos, de chuvas provocadas com fins militares na Indochina, fato que, em 1972, causou agitação considerável nas publicações científicas e na grande imprensa americana e mundial.

Depois de fazer referência aos esforços americanos e soviéticos para impedir a utilização desse tipo de guerra, analisa as possibilidades atuais e futuras das guerras meteorológica e geofísica à luz de um documento elaborado pelo Senado dos EUA, em 1974, após ouvir especialistas de alto gabarito no assunto.

Entre outras possibilidades da guerra geofísica, enumera as seguintes:

1. impedimento da formação ou eliminação de nevoeiros;
2. precipitações provocadas;
3. controle dos ciclones tropicais, aumentando-lhes sua intensidade ou modificando sua trajetória;
4. derretimento dos gelos polares e
5. provocação de tremores de terra e de maremotos.

O trabalho termina com um exemplo concreto das operações de chuvas artificiais na Indochina.

PUBLICAÇÃO: *Défense Nationale* — Jan 75.

ARTIGO: *L'Importance Stratégique de L'Amérique Latine Pour Les Etats-Unis.*

AUTOR: Ten Cel Louis Germain.

SINOPSE: O artigo é dividido em quatro partes com os seguintes títulos:

1. Os Interesses Estratégicos dos Estados Unidos na América Latina.
2. As Ameaças.
3. A Parada dos Estados Unidos.
4. Conclusões.

Ao analisar a primeira parte, o autor salienta que os interesses estratégicos americanos são de duas ordens — segurança e economia — e apresenta as principais razões pelas quais a América Latina tem tanto valor para os Estados Unidos. Conclui caracterizando que três zonas têm particular importância para Washington: as Caraíbas, o Atlântico Sul e a passagem Atlântico-Pacífico pelo sul do continente, as quais passa a examinar separadamente.

Quando trata das "AMEAÇAS", diz o articulista que são de duas espécies e decorrem da recente evolução da América Latina, em particular no que se refere à ascensão do nacionalismo, que faz surgir alguns problemas entre as duas Américas, e do comunismo internacional, que tenta explorar crises locais.

O autor passa em seguida a alinhar algumas atitudes americanas nos governos Nixon e Ford tendo em vista enfrentar a primeira ameaça e conclui que os Estados Unidos estão realmente decididos a melhorar as relações com a América Latina e prontos a fazer certas concessões, particularmente agora, no momento em que, no Terceiro Mundo, os países produtores de matérias-primas tentam organizar-se.

Considera o Ten Cel Germain que a ameaça comunista, interna ou externa, comporta uma parada em três campos principais: militar, econômico e político.

Em sua conclusão, diz que apesar da diminuição da influência dos americanos na América Latina, os Estados Unidos têm conseguido salvaguardar seus interesses estratégicos básicos não parecendo provável que em futuro previsível deixem de considerar o subcontinente como uma zona de ação privilegiada na qual exercem responsabilidades especiais.

PORTUGAL

PUBLICAÇÃO: Revista Militar, n.º 10, Outubro de 1974.

ARTIGO: Aspectos Políticos e Diplomáticos da Estratégia Nuclear.

AUTOR: Cel Melo Egídio.

SINOPSE: O aparecimento da arma nuclear acarretou profundas alterações no contexto mundial, sob os pontos de vista político, diplomático, geopolítico, estratégico e tático. Foi só depois da guerra da Coreia e, mais precisamente, após a crise de Suez, em 1956, que ela assumiu papel dominante no campo internacional, condicionando as decisões. Afirma o autor que os dois únicos artefactos nucleares lançados com fins militares, foram motivados por razões de natureza política (evitar que a URSS participasse da ocupação do Japão, que não convinha aos interesses dos EUA), assim como a não utilização da arma nuclear na Coreia se deveu a motivos políticos e psicológicos. A seguir analisa o autor os problemas decorrentes do monopólio nuclear americano, da posterior paridade russo-americana, do avanço inicial russo no campo dos setores de transporte de armas nucleares estratégicas e na nova paridade, com retomada americana no lançamento de satélites. Analisa também o autor os incidentes de Suez (1956), Quemoy (1958) e a crise de Cuba (1962) e as razões fundamentais que Rússia e EUA invocam para a não-proliferação nuclear. Termina o artigo com as conclusões sobre as profundas alterações introduzidas nos conceitos e nas relações entre os Estados, na era nuclear.

* * *

PUBLICAÇÃO: Revista Militar, n.º 12, Dezembro de 1974.

ARTIGO: O Exército Britânico

AUTOR: Cel Renato F. Marques Pinto

SINOPSE: Seu efetivo de 180.000 homens, representa 48% das forças armadas do país, que tem 55 milhões de habitantes. Além das forças estacionadas na metrópole, os britânicos mantêm efetivos pre-

parados para conflito convencional ou nuclear, na Alemanha, Gibraltar, Malta, Chipre, Hong Kong, Cingapura e Honduras. As tradições militares são mantidas com toda a ênfase: os regimentos são ainda "pequenos exércitos" com tradições próprias, museus e uniformes particulares. Os militares incorporam-se a uma Unidade e, via de regra, permanecem nela toda a vida; muitas vezes é o regimento da família, onde serviram os pais e os avós. A formação de oficiais é feita na Academia Militar de Sandhurst, em curso de 3 anos. Os oficiais das Armas não passam de tenente-coronel se não tiverem o curso de estado-maior, que é de 1 ano. Os vencimentos são considerados razoáveis; as moradias são proporcionadas pelo Estado. A instrução dos recrutas é rigorosamente programada, sendo dada ênfase especial à educação física, armamento, tiro e ordem unida. A disciplina é rígida mas humana. Apenas 25% do orçamento do Exército é gasto com equipamento e, apesar da longa tradição industrial-militar do país, grande parte do equipamento é de procedência estrangeira (Bélgica, Suécia, Itália, EUA, Alemanha). Conclui o autor dizendo que o Exército Britânico é relativamente pequeno, inteiramente profissional, muito bem instruído e armado, com sistemas e métodos próprios e suficientemente flexível para fazer face à situações variadas. Em anexo é apresentado um dispositivo de distribuição de forças (relativo a 1974).

*"O brilho de uma reputação é como o cristal
do espelho, que o mais fraco hálito pode
embaciar."*

BOURDALONE

NUM PAÍS DE TANTAS POSSIBILIDADES
COMO O NOSSO,
QUE RECLAMA APENAS TRANQUILIDADE
PARA TRABALHAR,
DE NADA PRECISAMOS TER MEDO,
COMO DISSE DE CERTA FEITA
O PRESIDENTE ROOSEVELT À SUA NAÇÃO,
ENTÃO CONFUSA E CONTURBADA,
"DE NADA PRECISAMOS TER MEDO
A NÃO SER
DO PRÓPRIO MEDO".

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO
Discurso no Ministério da Fazenda em 13 Nov 65